



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

KELVIN BRENO MARQUES SOARES

O BRASIL DE JOSÉ DE ALENCAR:
POLÍTICA, ESCRAVIDÃO E CIDADANIA NA LITERATURA ALENCARIANA, 1865 –
1871.

BRASÍLIA

2024

KELVIN BRENO MARQUES SOARES

O BRASIL DE JOSÉ DE ALENCAR:
POLÍTICA, ESCRAVIDÃO E CIDADANIA NA LITERATURA ALENCARIANA, 1865 –
1871.

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Linha: Ideias, Historiografia e Teoria.

Orientador: Prof. Dr. José Inaldo Chaves

BRASÍLIA

2024

**O BRASIL DE JOSÉ DE ALENCAR:
POLÍTICA, ESCRAVIDÃO E CIDADANIA NA LITERATURA ALENCARIANA, 1865 –
1871.**

KELVIN BRENO MARQUES SOARES

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Inaldo Chaves
Orientador – Universidade de Brasília

Profa. Dra. Karla Leandro Rascke
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Profa. Dra. Neuma Brilhante Rodrigues
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Luiz César de Sá
Membro suplente – Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui não foi fácil, mas acredito que seria muito mais difícil sem o apoio de pessoas incríveis. Este trabalho não foi algo que fiz sozinho, mas é fruto da cooperação de muita gente. A lista de agradecimentos é extensa e sinto que não irei dar conta de mencionar todo mundo, mas saibam que aqui dentro sei a importância de cada um nesse processo.

Gostaria de expressar minha gratidão ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS – UnB) e, também, à CAPES pelo incentivo e financiamento, indispensável para a conclusão dessa pesquisa. Agradeço ao corpo docente que contribuiu, através das críticas e discussões, para o amadurecimento desse trabalho e da minha formação enquanto pesquisador. Agradeço ao senhor Jorge e ao senhor Rodolfo que, prontamente, me auxiliaram e orientaram nos questionamentos que levei à secretária nos momentos de dúvida; profissionalismo e gentileza que inspira.

Agradeço imensamente à professora Neuma Brilhante que acolheu, orientou e contribuiu para a maturação desse trabalho; desde quando pensava na elaboração de um projeto de iniciação científica. Agradeço também ao professor Daniel Faria pelas orientações e por suas críticas pertinentes para essa pesquisa, seu auxílio fez toda a diferença para a conclusão da dissertação. Agradeço aos membros da banca pela disposição em ler o trabalho e por seus preciosos comentários.

Um agradecimento especial ao professor José Inaldo, dono de um coração enorme. Agradeço por acolher essa pesquisa em um momento turbulento, pelas palavras de motivação e inspiração para finalizar essa pesquisa. Sem a sua ajuda, acredito que não estaria aqui; muito obrigado!

Agradeço à minha mãe por ter estado ao meu lado durante todo esse tempo, aturado a minha ansiedade e chatice, mas também celebrando e torcendo pelo meu sucesso. Agradeço ao meu pai por ter financiado parte dessa pesquisa através de livros, assim como meus tios que sempre acreditaram no poder da educação e nunca deixaram de acreditar no meu potencial. Agradeço ao meu avô que faleceu sem conseguir ver aonde cheguei e aonde pretendo chegar. Por fim, à toda minha família que buscou me proporcionar a melhor educação possível.

Agradeço à Coletivação, minha comunidade de fé, que sempre se fez presente, me acolheu quando me senti só e sofria com as angústias e ansiedades da vida. Um agradecimento ao meu pastor, Otávio Damichel, por me mostrar que estar em coletividade é bom e por me fazer entender que as conquistas são coletivas!

Agradeço à Flávia por me encorajar quando eu mais precisei, pelo companheirismo nas lutas do dia a dia, por nunca me deixar esquecer do que sou capaz e, acima de tudo, me mostrar a ter paciência e saber esperar; meu mais singelo obrigado.

Agradeço ao meu amigo Maroto que comemorou comigo as pequenas vitórias, assim como viveu as sofrências. A prática é o critério da verdade, você me ensina todo dia sobre o que é gratidão; hoje eu só sou porque nós somos! Obrigado, irmão.

Não posso deixar de agradecer ao meu querido amigo Hugo Hernandez pelas conversas e pelo apoio ao longo dos anos; um dos responsáveis por eu iniciar essa jornada, não terminaria o mestrado sem a sua ajuda, obrigado. Agradeço à Julia por todo o apoio, por sempre ouvir as reclamações e queixas advindas da pesquisa e pela disposição, ou quase, em ler os textos que vez ou outra enviava. Meu sincero agradecimento à Juliana que, na reta final desse processo, me motivou a continuar e encerrar esse caminho.

Por fim, quero agradecer a todos que contribuíram para que eu chegasse aqui. Peço desculpas porque sei que cometi a indelicadeza de esquecer de mencionar alguém. Foram muitas pessoas que passaram por mim, mais do que eu conseguiria escrever nesse breve texto de agradecimento e tantas mãos que me ajudaram quando mais precisei, não queria cometer o pecado da ingratidão.

Quero deixar meu mais sincero agradecimento a você que contribuiu de alguma forma para chegar aqui, você faz parte disso tudo! Muito obrigado!

RESUMO

Este trabalho se propõe a estudar os argumentos utilizados, por José de Alencar, em favor da escravidão e as implicações que esse posicionamento tem no debate acerca do fim do elemento servil, nos anos finais do segundo reinado, e como a cidadania se articulou nesse jogo semântico do autor. Para isso, utiliza-se como *corpus documental*, a fim de resolver algumas questões propostas ao longo da pesquisa, as *Cartas de Erasmo*, o *Sistema Representativo* e um trecho de sua defesa no Parlamento em ocasião do debate da *Lei do Ventre Livre*. Estes documentos foram lidos e interpretados comparativamente com a intenção de compreender a argumentação alencariana assim como os elementos que dão sentido ao modelo nacional expresso em seus textos. Em síntese, o resultado final dessa pesquisa gira em torno da compreensão de uma sociedade brasileira na qual José de Alencar buscou construir narrativamente através de sua literatura; em outras palavras, buscou-se, com o fim do trabalho, apresentar a participação do autor nas transformações sociopolíticas, entre o final da década de 1860 e início dos anos 1870, relevantes para o cenário político nacional no que diz respeito à escravidão e o trabalho no país.

Palavras-chave: Escravidão; José de Alencar; Emancipação; Abolição; Modo de Produção.

Abstract

This paper aims to study the arguments used by José de Alencar in favor of slavery and the implications of this position in the debate about the end of slavery in the final years of the Second Empire, and how citizenship was articulated in the author's semantic game. To do this, we used Erasmus' Letters, The Representative System and an excerpt from his defense in Parliament during the debate on the Free Womb Law as a documentary corpus, in order to resolve some of the questions proposed throughout the research. These documents were read and interpreted comparatively with the intention of understanding Alencar's argument and the elements that give meaning to the national model expressed in his texts. In conclusion, the final result of this research revolves around the understanding of a Brazilian society that José de Alencar sought to construct narratively through his literature; in other words, the aim of the work was to present the author's participation in the socio-political transformations between the late 1860s and early 1870s that were relevant to the national political scene with regard to slavery and work in the country.

Translated with DeepL.com (free version)**Keywords:** Slavery; José de Alencar; Emancipation; Abolition; Mode of Production.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO I – “elementos de crise no governo brasileiro”	10
i – Constituição e o poder moderador	10
ii – Sobre a representação	20
iii – a opinião pública, ou o medo enquanto interlocutor	28
CAPÍTULO II – “projeto nacional de invenção do brasileiro”	35
i – O problema da Guerra do Paraguai em José de Alencar.....	35
ii – A história da escravidão segundo José de Alencar	43
iii – Necessidade nacional, a mão de obra escravizada.....	50
iv – Emancipação x Abolição	58
CAPÍTULO III – “sobre os caminhos possíveis para a cidadania”	67
i – a questão da emancipação legal.....	67
ii – substituição da força de trabalho.....	74
iii – imigrantismo (escravidão x servidão europeia).....	80
iv – racialização e cidadania no possível pós abolição	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
FONTES	96
BIBLIOGRAFIA	97

INTRODUÇÃO

“Quero pôr os tempos, em sua mansa ordem, conforme esperas e sofrências. Mas as lembranças desobedecem, entre a vontade de serem nada e o gosto de me roubarem do presente. Ascendo a estória, me apago a mim. No fim destes escritos, serei de novo uma sombra sem voz” (COUTO, 2007, p. 15).

Este texto, que o leitor tem em mãos, é fruto do trabalho incansável que me acompanha durante quase 5 anos. A pesquisa foi iniciada como um projeto de iniciação científica¹, ainda em minha graduação, e agora encaminha-se para uma conclusão através dessa dissertação, etapa final do mestrado. No ano de 2019, juntamente da professora Neuma Brilhante, iniciei minha trajetória na pesquisa acadêmica ao elaborar um trabalho que buscava ampliar o escopo de interpretações sobre a escravidão ao observar a discussão sobre o tema a partir das *Novas Cartas Políticas* de Erasmo; pesquisa concluída e apresentada como trabalho de conclusão de curso no ano de 2021².

Por incontáveis vezes, mais do consigo me lembrar, ponderei a possibilidade de abdicar dessa pesquisa, compreendendo que haveria uma inadequação de minha parte e a seriedade demanda pelo tema. Porém, no auge do isolamento, momento de pandemia e suas implicações, o aprofundamento das leituras sobre a escravidão e a literatura alencariana motivaram a necessidade de proporcionar um desfecho para assuntos tão caros para mim e tão pertinentes para a historiografia.

Escolhi esse tema por compreender a importância em buscar compreender, enquanto chave analítica, as intersecções entre a literatura e a História a partir da relevância que o autor, José de Alencar dispõe no cânone literário e político brasileiro; reconhecendo sua inegável contribuição para os processos que mantiveram e, posteriormente, deram fim à escravidão legal no país.

A dissertação se propõe, assim, a refletir sobre a dimensão dos argumentos alencarianos em defesa de um projeto que identifique, a partir da análise das fontes,

¹ O resultado final da pesquisa foi apresentado no 26º Congresso de Iniciação Científica da UnB

² SOARES, Kelvin Breno Marques. A escrita política de José de Alencar: uma análise crítica das *Novas Cartas* de Erasmo, 1868. 2021. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

como uma ideia para o Brasil. Logo, projetando-se a pensar as particularidades sobre a escravidão, a partir da literatura política de José de Alencar, e os modos de produção possíveis no segundo reinado como alternativa ao elemento servil e inserção do país na lógica produtiva que supere o escravismo como centro dos esforços. Neste sentido, a pesquisa parte de uma perspectiva de transformações da realidade brasileira na qual compreendo Alencar como figura relevante neste processo a partir do seu posicionamento em refletir sobre esses assuntos.

No ideário político, o autor concilia aquilo que podemos denominar de uma produção intelectual, por meio da literatura, com uma espécie de dogmática política por meio tanto das *Cartas de Erasmo* e do *Systema Representativo*, isto é, o autor consegue transitar pelos dois mundos de forma a explorar as diferentes formas para se fazer compreendido. Suas obras de caráter literário, como romances e peças teatrais, se confundem regularmente com uma intencionalidade com base em um projeto político próprio, algo que pretendo, ao final, demonstrar a partir desta pesquisa. Antonio Edmilson Martins Rodrigues encaminha a questão da seguinte forma: “Considerar a trajetória política de Alencar não significa dicotomizar a sua obra”, mas compreender que ele “se utilizou da literatura, do teatro e da política como instrumento para pensar um projeto para o Brasil” (RODRIGUES, 2001, p. 109).

A sua participação na vida pública, posso afirmar, tem início antes da eleição como deputado pelo Ceará e tampouco se limita ao exercício do mandato e, posterior, cargo como Ministro da Justiça. Recorrendo aos biógrafos que se dedicaram a escrever sobre o autor - como Raimundo Magalhães (1977), Antonio Edmilson Martins Rodrigues (2001) ou Lira Neto (2006) - remonto a sua participação através das páginas de jornais na corte imperial, espaço que compreendo como instrumento de expressão de suas ideias em face da conjuntura na qual dialogava e para o público que pretendia alcançar suas ideias.

O ponto de origem para o percurso político e, conseqüentemente, suas próprias ideias para a condução nacional, considero como o núcleo familiar no qual o pai e padre José Martiniano de Alencar e a avó Dona Bárbara Alencar figuram como influente personagens, na história do Império do Brasil e na carreira do escritor cearense. Os dois tiveram papel decisivo na conspiração revolucionária que pretendiam proclamar a primeira república em solo brasileiro, em 1817.

Durante a revolução pernambucana³, a família Alencar desempenhou importante participação na luta política pela emancipação política nacional. O viés reformista ou prescritivo para o futuro brasileiro, como percebo no *corpus documental* deste trabalho, se assemelha, mesmo que vagamente, ao perfil combativo do pai e avó naquilo que fizeram na primeira metade do século XIX.

José de Alencar, homônimo de seu pai, filho de Dona Bárbara, crítico de Portugal que, eventualmente, recorre ao exílio para fugir da repressão portuguesa (NETO, 2006). Anos depois acaba retornando para participar da Assembleia Constituinte, destituída pelo responsável pela independência brasileira. A trajetória política se estende ao ponto de ele eleger-se como deputado pela província Ceará em diversas ocasiões, sendo presidente da província no período compreendido como a soberania Liberal na política brasileira e, anos mais tarde, ocupando a cadeira vitalícia no senado (Magalhães, 1977).

Dessa forma, adianto que iremos nos dedicar, ao longo do trabalho, à uma abordagem mais direta sobre essas questões patentes na sociedade brasileira, somente a partir do romancista em um momento específico no segundo reinado. Em outras palavras, apenas em José de Alencar, o romancista, na virada da década de 1860 e início dos anos 1870, em ocasião dos debates em torno da emancipação das crianças nascidas de mães escravizadas, veremos uma sistematização ou representação dessa concepção.

Retornando ao objeto de estudo desta dissertação, Alencar elege-se ao Parlamento em 1860 após concorrer pelo partido Conservador. Tentou eleger-se, anos antes, mas falha concorrendo pelo partido de seu pai, o Liberal⁴. Antes de

³ A revolução Pernambucana foi um movimento político que expressava desacordo com a condução portuguesa, em decorrência da chegada da família real e a transferência da corte para o Rio de Janeiro, reivindicavam a separação política e a proclamação de uma república no território nordestino. O processo iniciou em março de 1817 e foi sufocada em maio do mesmo ano pelas forças portuguesas. Durante o período foi proclamado um governo republicano que manteve a prática da escravidão intocada.

⁴ O Partido Liberal, também referenciado como os luzias, era o grupo político que atuavam em favor de uma maior autonomia provincial no processo político imperial em comparação com seu antagonista, o Partido Conservador, conhecido como o grupo dos saquaremas, que militava em um poder mais centralizado. A prática dos membros do Partido Liberal se diferenciava entre si e ao longo do tempo, havendo um leque de opiniões no que diz respeito a diversos temas como a escravidão, por exemplo. Enquanto no início do segundo reinado os Liberais não tocavam no assunto do escravismo, por outro lado nos anos 1870 e 1880 alguns de seus membros se tornaram fortes opositores no Parlamento da continuidade da instituição no país. Na prática política observamos que os dois grupos partiam de pontos em comum e que apresentavam diversas aproximações no que diz respeito ao processo político institucional no Parlamento.

defender suas ideias e argumentar acerca da escravidão no Parlamento, como tido anteriormente, Alencar inicia, em 1853, sua carreira na Imprensa. Após receber, de Francisco Otaviano, o convite para escrever críticas literárias, no Correio Mercantil, Alencar se empenha na longa trajetória emitindo opiniões e acumulando polêmicas. Estes anos foram cruciais na elaboração do seu modelo de Brasil, a partir da sua produção de romances, como estudado por Dayane Façanha (2011 e 2017).

O maior escopo de sua produção literária, inclusive, advém da publicação em folhetins e, por outro lado, nos anos que sucedem o fracasso na eleição ao Senado em 1870. Podemos afirmar que José de Alencar influencia uma geração de escritores brasileiros, fortalecendo o processo de construção do Brasil politicamente, mas idealizado por meio da literatura. Ele “criou a ligação entre a imprensa e a literatura, que foi fundamental na constituição da produção da geração de 1870 e no amadurecimento de um pensamento brasileiro” (RODRIGUES, 2001, p. 100). Alencar adquire um grande prestígio, ainda em vida, e em decorrência disso inspira novos autores como Castro Alves e Machado de Assis⁵, cujo qual tinham uma relação próxima.

Repensando a trajetória política, Alencar possui uma relação curiosa com o Imperador; uma relação de conflitos e diferenças de longa data. A querela entre os dois personagens não inicia com o endereçamento das *Cartas de Erasmo* ao monarca. Em algumas oportunidades, os dois estiveram em lados opostos na defesa de ideias, citando o episódio com a publicação da epopeia de Gonçalves Magalhães, “*A confederação dos Tamoios*”. Posteriormente, Alencar por convite de Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí, assume a vaga, no Gabinete 16 de Julho, como Ministro da Justiça. Este mesmo período, no qual encabeça a pasta, coincide com a produção do cerne da documentação analisada nesta pesquisa.

Pensando como uma espécie de manual do príncipe, as *Cartas de Erasmo* se propunham a direcionar as decisões da Nação por meio de uma argumentação que criava um modelo nacional a ser seguido que levasse em conta o problema do

⁵ José de Alencar tinha uma relação muito próxima com o também escritor Machado de Assis, havendo episódio no qual este sai em defesa do amigo em ocasião da crítica à peça teatral *Mãe* de 1860. Amigos próximos, trocavam correspondência e se encontravam para conversar sobre literatura. Na ocasião da visita do jovem escritor Castro Alves ao Rio de Janeiro, José de Alencar leu um de seus poemas e indicou com uma bela carta, publicada no Correio Mercantil no dia 22 de fevereiro de 1868, ao amigo Machado de Assis que o recebeu.

elemento servil e a transição da força de trabalho escravizado para o livre e assalariado.

A primeira publicação, destinada ao Imperador, fizera muito sucesso à época, demandando uma segunda e outra terceira edições. Estas, de 1865, receberam o título de *Ao Imperador, Cartas e*, no fim do folhetim, assinava-se Erasmo. Isso, porém, muda na terceira edição, de 1866, que incluiu o *Políticas* ao título, ficando *Cartas Políticas de Erasmo ao Imperador*; este padrão permanece, mudando apenas o destinatário. Apenas na última publicação, em 1868, o autor inclui o “*Novas*”, ficando o título: *Novas Cartas Políticas de Erasmo ao Imperador*. No frontispício imprime-se *Nemini cedo*, expressão latina que significa algo como “não ceder”, indicando o teor das tratativas e o tom a ser usado (SOARES, 2021, p. 4)

Outro aspecto relevante para o autor eram as questões que envolvem a representação, neste sentido Alencar se dedicou a refletir sobre as possibilidades de melhoramento do sistema por meio da publicação do *Systema Representativo*, outro conjunto documental abordado nesta pesquisa. Optei por unir as duas fontes e instrumentalizá-las de forma a traçar pontos de convergência naquilo que identifiquei como o modelo nacional de José de Alencar. Em outras palavras, utilizei o método comparativo à fim de endossar a tese defendida de que há um projeto, pelo menos idealmente, de condução nacional para um futuro que se veria livre da mancha do escravismo e do africano na sociedade brasileira.

Assim sendo, acredito que Alencar intencionalmente tece sua narrativa e argumenta ao imperador, constrói o esboço daquilo que o Brasil deveria se inspirar a ser e o que seria a escravidão; conceito chave para compreender o século XIX.

Os “intelectuais” da crise do Império não visavam produzir obras de valor universal, mas explicações do Brasil. Deste ponto de vista interpretaram e assimilaram seletivamente elementos do repertório da política científica e da própria tradição nacional (ALONSO, 2002, p. 177).

Concisamente, pretendo situar o personagem histórico de José de Alencar em seu contexto histórico e demonstrar o processo intelectual que o coloca como um idealizador político-social no processo que culmina no fim da escravidão no Brasil.

Considero, para esta perspectiva, a instrumentalização das emoções ou dos sentimentos como mecanismo de convencimento. Essa tática, comum no debate público brasileiro, era utilizada tanto por aqueles que buscavam defender a continuidade do escravismo como por aqueles que atuavam em defesa do fim da instituição e do elemento servil.

Alguns elementos eram utilizados de forma quase que partilhado entre os grupos. Na peça *O Demônio Familiar* (1857), Alencar utiliza da alforria do moleque Pedro para convencer sua audiência da necessidade de conservar a escravidão. Outros abolicionistas utilizavam da mesma imagem para justificar o imperativo da mudança, a pesquisa realizada por Wlamyra R. Albuquerque (2009) auxiliou na abordagem desta questão, pontuava a autora que:

Por certo o uso da emoção foi um traço importante na construção de discursos e ações em prol do fim da escravidão; a comoção provocada pela conquista da alforria impregnava as relações entre escravos e abolicionistas e transbordava para as interpretações sobre possíveis diferenças entre “raça emancipada” e a “raça emancipadora” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 82).

Considero que observar a postura do autor enquanto constrói os seus argumentos, a partir das fontes, são significativos para compreender a convergência dos elementos que corroboram em sua tese central para o país. Neste sentido, dividi a dissertação em três partes, acreditando que melhor faça sentido a partir daquilo que o próprio autor estabelece em seus escritos. Foi identificado uma preocupação do autor em produzir uma análise sobre o modelo político imperial, expondo o seu modo de produção ideal e a importância, para não chamar de necessidade, da escravidão neste processo e, por último, a visão de cidadania ou de Brasil em um contexto livre da escravidão e dos negros.

Estabeleci um eixo teórico e metodológico em três partes na qual giram em torno daquilo que identifiquei o argumento central em José de Alencar, utilizando os conjuntos documentais produzidos pelo autor, *O Systema Representativo* (1868) e as *Cartas Políticas de Erasmo* (1865 – 1867), e em sua participação do debate em razão da tramitação da Lei do Ventre Livre no Parlamento. A leitura das fontes se deu

concomitantemente com a historiografia sobre o tema e, a partir de então, busquei responder as perguntas iniciais da pesquisa enquanto novas questões surgiam.

No primeiro capítulo da dissertação exploro “a crise do governo brasileiro” a partir de José de Alencar. Neste primeiro momento, identifiquei uma preocupação do autor em trazer uma opinião sobre o processo político a partir de seus escritos. A divisão deste capítulo busca responder como o autor observou o papel do Imperador, a força constitucional advinda do Poder Moderador e como instrumentalizar esse recurso em prol daquilo que considere como a projeção de algo que se encaminha para uma Nação nos moldes políticos e administrativos, apresentado em outro momento, sem incorrer na questão do absolutismo ou despotismo.

Além disso, utilizei o *Systema Representativo* para responder as inquietações advindas do modelo político que o autor apresentou como falido. Produzindo um pensamento sobre a política institucional em um contexto de grande crise, seja pela Guerra do Paraguai, como largamente apresentado por Francisco Doratioto (2002), ou então pela discussão da emancipação, observo que Alencar apresenta uma preocupação em pavimentar um caminho sobre as disputas eleitorais de forma a garantir a vitalidade do domínio de um grupo sobre o outro. Além disso, busquei compreender as ferramentas utilizadas pelo autor para se fazer ouvido e convencer seus interlocutores da necessidade de agir na medida em que arquiteta os sentimentos políticos em torno do negro

No segundo capítulo, explorei ainda mais a ideia sobre o “projeto nacional para o povo brasileiro”. Primeiramente, identifiquei como que o autor produziu uma breve, mas reveladora interpretação sobre a Guerra do Paraguai e procurei refletir sobre como as suas ideias envolviam e pautavam a própria escravidão. Nesta parte da pesquisa, busquei responder algumas questões sobre a manutenção do escravismo a partir daquilo que considero como a “história” do modo de produção escravocrata para o autor; em outras palavras, procurei identificar se há uma origem para a prática e quais os elementos instrumentalizados em seu discurso para justificar essa necessidade.

Compreendendo essa dinâmica, irei dedicar a compreender a maneira como o autor representou a força de produção escravista no cenário sociopolítico e econômico

de desenvolvimento nacional. Identifiquei a forma como para José de Alencar, de fato, existia uma necessidade do sujeito escravizado na produção e se haveria ou não possibilidades de discutir a liberdade desses agentes produtores e reprodutores da riqueza nacional no emergente capitalismo. Além disso, pretendi situar a discussão acerca da liberdade destes corpos subalternizados a partir da emancipação e da abolição compreendendo a diferença dos dois movimentos e tentando entender se o autor tinha alguma inclinação política para algum dos vieses em disputa no momento.

Por fim, o terceiro capítulo é dedicado a tratar “sobre os caminhos possíveis da cidadania” em um possível Brasil sem escravidão. Busquei compreender a forma e o conteúdo utilizado pelo autor sobre ao projeto legal de acabar com a escravidão. Em outras palavras, fiz uma tentativa de entender qual era a questão e o argumento do discurso naquilo que dizia respeito à manutenção da escravidão. Adjunto a essa proposta legal, tentarei entender se houve alguma movimentação em torno de outros modelos de substituição da mão de obra e como isso se articulou com o medo de um levante de escravizados com o fim formal das relações de dependência entre senhores e escravos.

Seguindo com o projeto alencariano, pretendi responder as questões em torno do projeto de imigração de europeus brancos e como isso atravessou a própria transição do país enquanto um país atrasado, dependente de escravos, para uma nação civilizada, aos moldes europeus, além de como resolver a questão da população negra no país. Adjunto a estas questões, cabe refletir o modelo de cidadania e os limites dela no Brasil que não tivesse o escravismo como modelo produtivo e força coercitiva da população. Em suma, busquei entender aprofundadamente a relação da política da escravidão com o modelo de construção das relações sócio raciais a partir do trabalho e da readequação do controle senhorial em um mundo livre.

CAPÍTULO I – “elementos de crise no governo brasileiro”

i – Constituição e o poder moderador

Refletir sobre a história do Brasil é ponderar sobre os diversos aspectos que perpassam o processo sociopolítico do país ao longo dos anos; sejam aqueles de natureza velada, oculto nas entrelinhas da práxis cotidiana, quanto as feridas abertas na pele, visíveis para quem pousar os olhos nela. Traçar um ponto de partida para esse exercício é uma atividade difícil, buscando ser breve, mas considero indispensável buscar uma forma de fazê-lo. Investigar a natureza da ação daquilo que de fato foi, na teia de possibilidades do que poderia ter sido.

Tem-se a pretensão de situar o personagem histórico de José de Alencar em seu contexto histórico e demonstrar o processo intelectual que o coloca como um idealizador político-social. Detentor de uma extensa produção enquanto jornalista e, posteriormente, deputado, escreveu romances e peças teatrais, unindo o caráter ensaístico ao contestador em seus textos políticos. Figura presente nas seções parlamentares, militou em favor de uma ideia particular do Brasil na medida em que desenvolvia sua tese e ideia sobre a escravidão

Reestabelecer o sentido de uma produção textual é uma tarefa complexa, envolvendo, de forma objetiva, uma investigação detalhada da utilização contextualizada da linguagem. Assim sendo, considero indispensável adentrar no cenário histórico-cultural do autor buscando compreender como esses elementos auxiliam a maneira e a forma como se articula a linguagem e como a mensagem pode ser recebida e expressada.

Nessa medida, forçoso será reconhecer que utilizamos a nossa linguagem não apenas para comunicar informação, mas, simultaneamente, para atribuir autoridade àquilo que dizemos, para produzir emoções nos nossos interlocutores, para criar fronteiras que integram ou excluem e para nos envolvermos em muitos outros exercícios de controlo social (SKINNER, 2002, p. 6 e 7).

Determinar este pressuposto é desafiador. Embora haja a necessidade em ser conciso, também é indispensável buscar uma abordagem que proporcione pesquisar o fundamento dos acontecimentos na trama da história brasileira. Investigando a natureza da ação dos agentes históricos, nos deparamos com um exercício intelectual ao examinar a complexidade das relações, as contradições e as limitações referente ao momento.

Michel-Rolph Trouillot, aborda essas questões a partir da lógica do “silêncio” ou, em outras palavras, das ausências que informam sobre os processos que ocorreram. Compreendo, assim, o cenário sociopolítico no qual Jose de Alencar estava inserido, aquele que vivenciou e sobre aquela realidade que produziu suas interpretações de mundo, decorreu dessa chave analítica das ausências que informam e da linguagem utilizada para narrar o que o autor reconhecia como relevante.

Esses momentos são ferramentas conceituais, abstrações de segundo nível de processos que se alimentam uns dos outros. Como tais, não pretendem oferecer uma descrição realista da elaboração de qualquer narrativa individual. Em lugar disso, ajudam-nos a entender por que nem todos os silêncios são iguais e por que eles não podem ser abordados – ou eliminados – todos da mesma forma. Em outras palavras, qualquer narrativa histórica é um conjunto específico de silêncios, o resultado de um processo singular, e a operação necessária para desconstruir estes silêncios variará de acordo com eles. (TROUILLOT, 2016, p. 59)

Entre as possibilidades em disputa no período, acerca dos modelos políticos implementáveis na nação recém-independente, a forma da monarquia constitucional saiu vencedora. Nas palavras de José de Alencar, a nação “precoce para a liberdade, pois ainda na infância colonial já se eletrizava com ela, não foi educado, como merecia, para a monarquia representativa que aliás adotou de coração” (Alencar, 2009, p.61). Para o autor, o Brasil não teve escolha, isto é, havia uma necessidade, ou uma carência daquilo que Alencar chamou de letramento político; irei abordar sobre isso mais a frente. Algo que o próprio autor reconhece como uma demanda para pôr ao momento de instabilidade política.

A necessidade máxima da crise é educar o povo e moralizar a autoridade. Cumpre executar com boa fé e lealdade as leis que temos, enquanto não é

possível melhorá-las no que se avisará desde já e com o preciso critério.
(ALENCAR, 2009, p. 107)

Neste sentido, fitando o passado, podemos observar que diversos pensadores, de diferentes competências, buscaram em algum momento dar sentido ao processo político, econômico e social brasileiro. No decorrer desse processo, autores têm se dedicado a compreender e atribuir uma razão de ser sobre àquilo que identificaram como o cerne da questão, o segundo reinado e as dinâmicas próprias do período como a escravidão. Notamos que esses intelectuais mergulharam nos vestígios, buscando desvendar os fios que teceram a trama da nossa trajetória nacional.

Alguns autores produziram suas análises da materialidade histórica conforme os eventos e as instituições aconteciam. Autores como Jose de Alencar, influenciados pelas ideias do momento e das profundas transformações da realidade, produziam suas interpretações refletindo as circunstâncias do momento, capturando tanto as nuances das mudanças sociais, políticas e culturais assim como as contradições inaparentes no cerne da sociedade escravista. Utilizando seus recursos, “claro está que muito provavelmente algumas dessas fontes incluem códigos velados, como a ironia” (SKINNER, 2002, p. 58) para produzir o efeito desejado.

Podemos citar diversos nomes que se destacaram ao empenhar este serviço como Joaquim Nabuco, Silvio Romero, André Rebouças, Quintino Bocaiúva, ou Rui Barbosa, para mencionar apenas alguns nomes conhecidos. Por outro lado, e seguindo outro esquema metodológico, temos também os escritos conhecidos de Machado de Assis, Joaquim Manuel de Macedo e Maria Firmino dos Reis, para citar apenas alguns, como responsáveis pela leitura da sociedade, do contexto sociopolítico, dos dilemas e das singularidades culturais dos brasileiros apoiando-se na literatura ai retratar outras cosmovisões marginalizadas durante o século XIX.

Uma linhagem muito influente definiu o movimento intelectual oitocentista como versão brasileira de correntes de idéias européias, passando a interpretá-lo em termos de gênese e desenvolvimento de "doutrinas" ou "escolas". Esta ótica da história das idéias considera o fenômeno como "movimento de idéias novas" e o analisa a partir da filiação de correntes de pensamento nacional a similares europeias (ALONSO, 2002, p. 22 e 23).

As duas abordagens buscaram dar sentido ao processo no qual estavam inseridos, alguns através da política e outros por meio da literatura. Dois grupos, portanto, coexistiram e se esforçaram em produzir uma interpretação da realidade no período; de um lado a elite política e do outro a elite intelectual. Partindo deste campo de diversas ideias e formas de produção das mesmas concepções, compreendo que um personagem se destaca por reunir em si os atributos, ou características que atravessam as duas categorias referidas acima, o escritor e político cearense, José de Alencar.

A sobreposição das elites, tanto intelectual quanto política, era a “existência de uma única carreira pública centralizada no Estado, incluindo desde empregos no ensino até candidaturas ao parlamento, fazia da sobreposição de elites política e intelectual a regra antes que a exceção” (ALONSO, 2002, p.30). O modelo do governo representativo funcionava como catalisador do debate e da possibilidade de expressão dos discursos.

Cabe destacar que, frequentemente, a interpretação dos estudos sobre as elites ocorre de forma fragmentada. Em outras palavras, estudos produzidos pela historiografia que, metodologicamente, ao tratar a literatura como uma fonte de compreensão, análise e reflexão sobre o passado, tendem a menosprezá-la, embora esse movimento tenha se alterado nos últimos anos.

A pesquisa feita sobre o projeto nacional alencariano, a partir de sua produção literária romântica, elaborado por Dayane Façanha (2017), auxiliam na compreensão deste fenômeno a partir dos escritos de José de Alencar. Em outras palavras, utilizando textos eminentemente literários, a autora reflete sobre os caminhos possíveis de interpretação do período com base em fontes lidas pela historiografia mais tradicional como menos válidas, ou impertinentes. Neste sentido, ousou ampliar esse escopo teórico ao tratar a literatura como instrumento de propagação ideológica de maneira a acessar outros públicos e difundir a ideologia dos grupos intelectuais do período.

Um dos aspectos que Dayane busca refletir em seu trabalho é a relação social patente no período, isto é, a dinâmica da escravidão enquanto lógica sociopolítica. A pesquisadora se propõe a problematizar a forma como o conteúdo dos romances de José de Alencar espelham e espalham ideias caras para a elite imperial, naquele momento. Nos termos da autora: “Interessava investigar os sentidos políticos, bem como a visão de mundo, que informavam a caracterização das personagens escravas” (FAÇANHA, 2017, p. 15).

Dayana Façanha estuda minuciosamente a intenção alencariana sobre o projeto nacional. A publicação dos estudos: “Política e crítica social em Til, de José de Alencar”; “Sombra e escravidão: tráfico de africanos e antiescravismo na literatura brasileira, 1830 - 1871” e também “Política e escravidão em José de Alencar: O tronco do ipê, Sênio e os debates em torno da emancipação (1870 - 1871)” ampliam significativamente os debates sobre a dialética alencariana no que diz respeito a literatura, imprensa e o papel legislativo no processo de condução da escravidão.

A intersecção entre aquilo que compreendo como literatura e política adjunta daquilo que ousei chamar de projeto alencariano, foi bem resumido por Sidney Chalhoub no prefácio do texto de Façanha (2017), ao dizer que

José de Alencar tinha consciência aguda da derrota política que estava por vir, a qual explicava recorrendo a uma crítica mais ampla ao sistema político imperial, à forma como a Coroa atuava para promover a interferência do legislativo na questão da escravidão. Segundo ele, a ideologia paternalista dos senhores de escravos e a legitimação continuada dela pelo poder público levariam à superação da escravidão como resultado de uma mudança de mentalidade e costumes. A aprovação de leis que intervissem diretamente nas relações entre senhores e escravos seria contraproducente, pois desestruturaria essas relações e levaria à convulsão social. (CHALHOUB, 2017, p. 11)

Outro trabalho relevante para se compreender a dinâmica da política da escravidão, é o trabalho de Tâmis Parron (2011). Devo mencionar que esse movimento tem passado por novas interpretações e, conseqüentemente, mudança de significados que melhor se refere à prática política oitocentista. Neste sentido, a tese do autor busca entender a dinâmica que a elite senhorial escravista e a elite intelectual, se for possível traçar diferença entre os dois agrupamentos, colaboraram com a manutenção do cativeiro, ou então como “a política da escravidão evitou que a escravidão se tornasse política” (PARRON, 2011, p. 303).

É importante ressaltar que não se ignora o fato de que, no período imperial, uma elite política e intelectual muitas vezes se confundia, operando de maneira flexível e intercambiável. A divisão dos campos intelectuais e políticos não havia sido feita tampouco na Europa (ALONSO, 2002, p. 30), durante o período, uma vez que a sobreposição era muitas vezes a regra do que a exceção, algo mais provável de ser comum do que excepcional. Sabendo que grande “parte dos intérpretes assume que o movimento intelectual da geração 1870 seja formado por intelectuais voltados para a produção de conhecimento e apartados do cerne do processo político” (ALONSO, 2002, p. 29), José de Alencar se torna um personagem importante por transitar nos dois ciclos e, portanto, a opção feita por trabalhar com esse ele busca refletir um pouco dessas dinâmicas.

Assim sendo, julgo que José de Alencar se torna relevante para pensarmos o período na medida em que se dedicou a produzir uma reflexão sobre o momento e, a partir daí, elaborou um plano para o país com base nos recursos materiais disponíveis em seu período histórico. Dayane Façanha, em sua dissertação de mestrado (2014) transformado em livro posteriormente (2017), aponta esse caráter quase que doutrinário do pensador ao refletir sobre o Brasil a partir da literatura e como as histórias se encadeavam de forma a ilustrar um modelo civilizacional.

Assumindo um viés político, ou melhor, uma abordagem que se diferenciava da forma narrativa presente nos escritos literários, Alencar segue o que aparenta ser um projeto intencional da nação brasileira. Trabalho crucial em se pensar a própria política da escravidão, se destaca a pesquisa feita por Tâmis Parron na medida em que destrincha as formas e os mecanismos sócio-políticos que desembocam, posteriormente, na estruturação dos movimentos abolicionistas e de contestação; por outro lado, também explora a própria trajetória alencariana na defesa do cativo através da organização das *Novas Cartas Políticas* de Erasmo no livro sugestivo denominado “*Cartas a favor da escravidão*” (2008).

Assim, alguns tópicos parecem ser de maior relevância para José de Alencar e, por isso, trabalhados de forma detalhada, como a questão do sistema representativo, ou a reforma na política como defendido no Parlamento, ou as questões referentes a Guerra do Paraguai, ou também a justificativa da necessidade da escravidão e sua repercussão na cidadania a partir da produção e reprodução de lógicas de domínio bastantes claras. Além disso, o autor também se interessou largamente sobre a questão do poder moderador e da constituição e como as competências constitucionais poderiam ser instrumentalizadas na defesa do seu projeto nacional.

Buscando difundir suas ideias sobre a aplicabilidade da constituição liberal, promulgada em 1824, e os alcances do poder moderador para solucionar a crise nacional, ou a inércia dos agentes competentes na solução o autor parte para uma jornada ao sistematizar e difundir suas ideias. Na segunda metade da década de 1860, Alencar produziu dois trabalhos intelectuais de viés político, detalhando o sistema representativo e suas implicações para o projeto nacional, cujo qual iremos abordar em momento oportuno, e uma série de cartas destinadas ao Imperador e nas quais esmiuçava o modelo que o país deveria seguir e quais os pontos deveriam ser corrigidos para o êxito brasileiro.

Uma abordagem crítica sobre as Cartas de Erasmo deve considerar se as propostas de Alencar levaram em conta a heterogeneidade, além da profundidade da realidade brasileira naquele momento histórico. Assim, torna-se necessário avaliar como as suas ideias abordaram as questões relacionadas a política e governamental. Os motivos para tal episódio atravessam e são atravessados por incontáveis outras razões de ser, formando um emaranhado de ações e ideias. À medida que lemos as Cartas de Erasmo, observamos uma intencionalidade do autor ao defender suas ideias sobre a necessidade de o monarca tomar para si as rédeas da situação política do país.

As cartas eram publicadas semanalmente, comercializadas através de livrarias e, caso alguém optasse, poderia receber em casa. Como dito anteriormente:

A primeira publicação, destinada ao Imperador, fizera muito sucesso à época, demandando uma segunda e outra terceira edições. Estas, de 1865, receberam o título de Ao Imperador, Cartas e, no fim do folhetim, assinava-se Erasmo. Isso, porém, muda na terceira edição, de 1866, que incluiu o Políticas ao título, ficando Cartas Políticas de Erasmo ao Imperador; este padrão permanece, mudando apenas o destinatário. Apenas na última publicação, em 1868, o autor inclui o “Novas”, ficando o título: Novas Cartas Políticas de Erasmo ao Imperador. No frontispício imprime-se *Nemini cedo*, expressão latina que significa algo como “não ceder”, indicando o teor das tratativas e o tom a ser usado (SOARES, 2021. p. 4)

Para o autor, uma saída enérgica seria confiar “mais na própria força e no poder supremo que a nação depositou em vossas mãos” (ALENCAR, 2009, p. 26), utilizando do mecanismo do poder moderador para dar fim à crise. “A força do monarca está no poder moderador” (ALENCAR, 2009, p. 6).

Apelava-se à consciência do Imperador de forma que beirava um discurso quase que absolutista ao defender que ele deveria fazer mudanças drásticas já que o Poder Moderador, o “alto moderador” (ALENCAR, 2009, p. 70), era uma ferramenta constitucional que deveria ser moderada, revelando uma contradição aparente. Ele poderia utilizar desde que fosse preservado um caráter de conveniência e que os atos pudessem ser revistos ou modificados pelo Parlamento.

Se o imperador pudesse revogar a proposição ministerial por uma espécie de recurso ou apelo obrigatório, o argumento gradativo fora procedente. Mas tal

não há. O imperador não anula o ato do ministério; apenas impede a sua realização. Como poder moderador demite o gabinete; mas não revoga a medida assentada em conselho (ALENCAR, 2009, p. 72).

Para conseguir a atenção do Imperador, Alencar se colocava como um interlocutor no qual poderia ser depositado confiança, chamando a si como “um amigo verdadeiro”, que tem “a coragem do louvor cordial e franco” e “a consciência do reparo justo e moderado” (Alencar, 2009, p. 11). Trazia a figura da constituição como farol moral e moralizador da Nação, documento dotado do néctar ideológico do período, “a constituição, belo padrão de sabedoria e liberalismo” (Alencar, 2009, p.19). Segundo José de Alencar, o poder no qual a coroa tinha em si era um arranjo das atribuições constitucionais que emanavam de parte do poder real que o povo havia depositado ou confiado na figura do poder moderador.

Vossa força, tão grande quanto benéfica, está nas atribuições supremas que em outros países se qualificam de prerrogativas da coroa, e nossa constituição reuniu em um poder, sob o título de moderador. Aí repousa a majestade cingida de todo o esplendor; aí reside aquela porção importante da soberania popular, que a nação desprende de si, e encarnou em um homem superior, para a advertir em seus erros, e resistir à veemência de suas paixões. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 75)

A perspectiva alencariana sobre a constituição e a implicação sobre a soberania popular perpassava um projeto de nacionalidade no contexto brasileiro que buscava corrigir seus “erros”. Neste sentido, o país teria a oportunidade de consertar a mácula social, a escravidão e o elemento tido como exógeno na equação racial. A força do imperador residiria na possibilidade de suportar as pressões internas e externas, e encaminhar o trajeto que a nação deveria seguir rumo ao “progresso”.

Para o autor, a Constituição teria o papel crucial de remodelar as relações sociais tendo em perspectiva aquilo que compreendi como sendo uma espécie de pluralidade de ideias, cujas quais coexistem no cotidiano das ruas do segundo reinado. Desta forma, a busca pela harmonia emergiria da relação intencional das pessoas, ou do tratamento dado a todos que estivessem desalinhados à norma estética dos grupos pertencentes à elite senhorial e hegemônica branca.

O medo de um cenário caótico, marcado por agitações sociais e desordens generalizadas, impulsionava a busca por estratégias e reformas que pudessem suavizar esses antagonismos e pavimentar o caminho para um equilíbrio social mais estável e duradouro, como veremos mais à frente ao tratar do discurso nas Cartas de Erasmo. Célia Maria Marinho de Azevedo observa que

Ao longo destes diversos projetos de reformulação das relações de produção e de constituição de uma nacionalidade brasileira, acompanhamos a produção da ideia de transição, intrinsecamente ligada aos propósitos de se alcançar no futuro uma harmonia sócio racial. A harmonia social constituía de fato o grande anseio destes reformadores, temerosos de que os conflitos entre senhores e escravos se avolumassem a ponto de explodir num caos generalizado (AZEVEDO, 1987, p. 103).

O problema identificado pelo escritor cearense era muito bem claro, a educação política, ou melhor a falta dela. Assim sendo, seria indispensável um modelo muito bem claro de engajamento da população em se educar para fazer valer o projeto nacional. O sistema representativo entraria como elemento de disputa política e, para isso, José de Alencar se apressou ao teorizar sobre o assunto

ii – Sobre a representação

Dedicando-se a tratar das formas relativas ao governo, Alencar refletiu largamente sobre o sistema representativo brasileiro. Reconhecendo que a constituição dava ao Imperador a chefia do poder executivo e toda autonomia para a escolha de ministros que iriam compor o Gabinete de Ministros, além de ter a gerência para dissolver o Parlamento e convocar novas eleições caso não houvesse maioria governista no momento.

O modelo do sistema representativo no qual José de Alencar teve contato, ao vivenciar alguns momentos políticos durante o segundo reinado, distinguia-se consideravelmente da democracia contemporânea. A questão da participação e o acesso ao voto eram quase que exclusividade de um grupo muito seleto de homens que possuíam alguma propriedade, na maioria dos casos escravagistas.

As elaborações intelectuais, no que dizem respeito às representações, conseguem estruturar seus próprios sistemas lógicos do pensamento, compreensíveis com base em sua própria organização semântica. Logo, a compreensão é feita a partir das distinções dos padrões narrativos e da intencionalidade ao propósito do romancista acerca do modelo político no país, “a monarquia representativa” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 94).

Sobre este tema, José de Alencar se mostrou um grande interessado em identificar, analisar e refletir sobre o governo. O político e romancista, ao longo da década de 1860, dedicou parte do seu tempo em examinar o sistema representativo brasileiro, como estudado por Wanderley Guilherme dos Santos (1991) e Bruno Cordeiro Nojosa de Freitas (2018), e indicar caminhos e alternativas para solucionar uma crise do governo através da constituição e da reforma do poder moderador. Segundo o próprio autor, estaria encarregado de um “estudo” necessário para o período no qual “abrange a importante questão do sistema segundo o qual deve funcionar a coroa na monarquia representativa” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 69).

Observando a crise do sistema representativo, Alencar busca dar uma solução para a política imperial ao tentar trazer D. Pedro II para o debate. Para o autor, “quando um povo livre abdica o pleno exercício da soberania, é dever imperioso do monarca, seu primeiro representante, assumir essa grande massa inerte de poder,

para evitar que ela seja dissipada por um grupo de ambiciosos vulgares” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 26). O único capaz de conduzir o país para o fim da crise era a figura do Imperador, através do poder Moderador.

O outro lado da política, o Povo, acabou tendo um outro destaque pelas mãos do escritor cearense. Assim como grande parte dos homens de sua época, Alencar se dedicou a refletir quase que exclusivamente sobre a figura daquele que elege e de quem acaba sendo eleito. Figura importante no imaginário político, o “Povo” foi alvo de uma série de cartas escritas por José de Alencar e sobre as quais iremos nos debruçar mais à frente.

Em geral, as discussões da época giravam em torno do perfil do eleitor e do eleito, com foco na sua qualificação, ilustração, patrimônio e capacidade. Ainda assim, pode-se dizer que o Império do Brasil atravessou alegremente décadas de regime representativo sem discutir essencialmente quem – ou o que – o representante representava. (PARRON, 2022, p.729)

Nesta tarefa, José de Alencar não colocou em questão a origem do poder como algo advindo do povo, ou de algo que assemelhasse à soberania nacional; acredito que o autor não considerava esse um ponto a ser trabalhado no momento e, por este motivo, não se prolongou a tratar do assunto neste conjunto documental. À vista disso, reconhece-se um campo fértil para pesquisa sobre a dimensão do pensamento político do autor cearense no que diz respeito aos limites da representação e o papel do povo no modelo nacional que ele expressou.

Por outro, Alencar tinha para si que o ponto central para a representação estava baseado na vontade e do privilégio da maioria ao se legitimar através do acúmulo de incontáveis direitos, mas sem ignorar o fato de acabar incorrendo em distorções em casos como grupos podendo ser beneficiados em certas circunstâncias, ou prejudicadas em outras. Em outras palavras, o poder se instrumentalizava ao colocar em evidência a vontade da maioria, mas quem conseguisse, em determinados momentos, colocar seus direitos acima dos demais conseguiriam ser melhor representado socialmente.

Cabe destacar que, neste contexto, o direito ao voto não era algo universal e disponível para todos. Alencar inicia suas reflexões pontuando e endossando que a questão censitária estava intimamente ligada à própria noção de cidadania na qual

apenas os homens livres e aqueles que detinham certa posse, geralmente os próprios homens brancos e livre, possuíam esse direito. As mulheres, os escravizados e aqueles que eventualmente não tinha dispostos bens, eram tido como inaptos para exercer o privilégio de candidatar-se e votar.

A maioria defendida, ou apontada pelo autor, não dizia respeito a uma forma de governo exercido pela maioria numérica de fato, mas sim de um grupo específico e uma forma de trazer até a materialidade a manifestação deste povo, por isso carecia do refinamento deste voto. Para esta tarefa, Alencar utilizou largamente o cenário público e ora ou outra articula seus argumentos com a opinião pública em busca de colocar-se como um interlocutor relevante e persuadir, ou concentrar certo capital político para suas teses.

Numa situação temporária, prevaleciam setores que se alinhavam aos antigos liberais moderados, e o país estava caminhando em direção a medidas que se assemelhavam ao federalismo. Essas medidas foram concretizadas especialmente pela transferência do papel que antes cabia aos Conselhos Provinciais, subordinados à Corte, para as Assembleias Legislativas Provinciais. Esse novo formato administrativo no Império concedia às províncias a autonomia para aprovar suas contas, contratar funcionários e promulgar leis.

Escrito em outro momento, o *Sistema Representativo* (1868) reunia uma série de análises e reflexões que o romancista havia feito ao longo de 1860. As considerações presentes no trabalho refletiam o pensamento e um comprometimento aprofundado com o cenário político e social que permeavam o período e todas as suas particularidades. “Dividida em três livros, a obra tinha como principal tema de discussão a questão do voto, compreendido como a origem de toda a representação em qualquer modelo político democrático” (FREITAS, 2018, p. 107).

Os três volumes da obra se dedicavam a questões distintas, cada uma abordando um tema diferente no qual o autor tinha como indispensável para compreender e, se possível, reformar a questão das representações no Brasil. O primeiro tópico se dedicou a abordar, especialmente, a análise acerca da fundamentação filosófica e jurisdicional, assim como identificar e buscar explorar as raízes modernas da democracia.

O segundo ponto foi responsável por esquadrihar a percepção do voto enquanto elo da cidadania, além de abordar sua natureza, origem e qualificação. Em outras palavras, o voto era disposto apenas para uma ínfima parcela da sociedade que consistia na elite econômica escravista branca que detinha bens o suficiente para adentrar na cota censitária do sufrágio. Eram excluídos do processo, as mulheres e os homens e mulheres negros que, pouco provavelmente, teriam bens o suficiente para participar do processo e, muito certamente, caso conseguissem seriam barrados em virtude de sua própria existência que não espelhava o padrão estética da elite senhorial branca. Por último, José de Alencar percorreu o caminho da eleição como elemento de reflexão ao observar a ordenação no caso brasileiro.

As instituições e códigos vitais do Segundo Reinado tornaram-se consensuais, depois de selada a Conciliação entre luzias e saquaremas no início dos anos 1840. A estrutura de poder do regime, a sociedade hierárquica, a forma monárquica eram uma espécie de senso comum da elite, percebidas como a ordem natural das coisas. (ALONSO, 2002, p.52)

Com a ascensão do jovem monarca, no início da década de 1840, consolidou-se o período, duramente criticado por Alencar, da Conciliação política. Os partidos conservador e liberal cederam em diversos pontos para a governabilidade nascente do segundo reinado. Neste cenário, nenhuma outra ideia que fosse divergente da monarquia se apresentava como hipótese no pensamento dos grupos políticos e intelectuais brasileiros. O significado se dava quase que nas práticas políticas em si.

O período da chamada Conciliação é aquilo que compreendi como o período em que houve a busca intencional do equilíbrio das forças políticas após diversas adversidades que o Brasil foi arrastado, durante o período regencial. Este momento, em virtude dos seus desdobramentos metodológicos, marca o recuo das ameaças e tumultos anteriores, o cenário estava sendo conduzido para o amadurecimento da unidade política e territorial na figura central do monarca e, subsequentemente, do poder moderador.

Esse acordo arquitetou forçadamente uma vaga noção de pacificação do país e a supressão das revoltas sociais, típicas do Período Regencial. Reconheço que, de fato, não houve um momento de verdadeira paz, mas que as forças dominantes se organizaram e trabalharam em torno da manutenção daquilo que identifiquei como

status quo da sociedade oitocentista brasileira. O arranjo político foi capaz de alcançar o equilíbrio nas províncias do país, ponderando o local de cada partido. Assim sendo, a política da Conciliação caracterizou o momento em que o Brasil buscava consolidar sua identidade política, cultural e territorial no meio das desavenças internas e externas, sem ignorar as divergências partidárias. Em outras palavras,

“Conciliação foi a palavra-chave que terminou por designar o período, momento em que se afastavam as perspectivas de ruptura e em que, depois da série de convulsões de toda ordem que assaltara o país na Regência, se consolidava a unidade política e territorial do país em torno de um rei brasileiro. Esta tendência pacificadora efetivou-se na política com a "Transação" entre luzias e saquaremas, originando um arranjo que equilibrava as regiões e os partidos.”
(ALONSO, 2002, p. 52)

Para Alencar, o momento teve um impacto negativo muito grande para o partido conservador, partícipe ativo na movimentação pela ascensão do príncipe à revelia da constituição, uma vez que o “partido conservador, que havia inaugurado seu domínio cheio de vigor, sentiu por sua vez a caducidade precoce” (Alencar, 2009 [1865], p. 28) em virtude de ter cedido espaço e aceitado igualar-se aos luzias. Segundo o escritor, essa concepção do modelo que se implementou no país contrariava o conceito ideal da representação no que diz respeito ao pleito. A representação ideal não deveria ser exclusiva, mas inclusiva e sem ceder influência em nome da harmonia. Podia-se, para ele, incluir as vozes antagônicas em abrir mão da identidade e da ideologia política e partidária.

Segundo Alencar, apesar de desagradável ou insuportável a ideia fosse para a grande quantidade dos cidadãos, ainda assim a opinião deveria ser suportada em prol da garantia do princípio jurídico e social.

Indivíduo, jornal, idéa ou religião que se tornar odioso á maioria da confederação americana será imediatamente suprimido. A opposição só é admittida e tolerada no limite da paciencia do maior numero; quando essa se esgota, a liberdade de uns ficará immediatamente sequestrada em bem do arbitrio de outros. (ALENCAR, 1991, p.16)

Essa prática foi modelada a partir de dois referenciais distintos e complementares, a questão da vivência nacional e todo o repertório de influências europeias. De um lado, a experiência brasileira caracteriza a segunda na qual os

padrões de pensamento foram adquiridos, veiculados e instrumentalizados através de uma escolha intencional de signos e sentidos na prática cotidiana.

O acolhimento dessas concepções estrangeiras nos leva a conjecturar sobre a autonomia nacional, algo que em um primeiro momento poderia sugerir uma dependência excessiva dos moldes europeus, mas que, observando de perto, pode indicar uma elaboração inédita da experiência própria no segundo reinado. O desenho das instituições políticas, como aparato de perpetuação e conservação da lógica senhorial, foi construído pensando a manutenção da ordem e a garantia da imobilidade social, ou em outras palavras, a manutenção dos privilégios da burguesia escravista e a busca pela conformidade da massa de escravizados impelidos a viver sem a possibilidade de acessar a cidadania plena. Desta forma, as elites imperiais não apenas imitaram os europeus, mas também se empenharam ativamente para evitar o pior cenário possível: a eclosão de uma revolução tal qual a haitiana.

Posteriormente, Alencar encaminhou a discussão para a controvérsia sobre a questão do elemento servil. Rememorando o ponto sobre as atribuições das províncias de forma diferente e, algumas vezes, singular, a escravidão surgia então como o fator que agravava, ou evidenciava ainda mais a desconformidade entre as regiões. Ao mesmo tempo em que algumas províncias caminhavam pela disseminação do movimento em favor do fim da escravidão, em outras a instituição era encarada como necessária e indispensável pela manutenção do status quo nacional.

“Por mais que a nação fosse una, ela deveria ser plural, com as mesmas garantias de representação das minorias que os cidadãos possuiriam incidindo também sobre cada unidade provincial.

José de Alencar também estendeu a importância dessa pluralidade a aspectos nem sempre relacionados diretamente à política formal, como era o caso dos órgãos propagadores de ideias políticas, promovidos tanto pela sociedade civil quanto relacionados aos partidos.”
(FREITAS, 2018, p. 114)

Desta forma, o escritor identificava o que para ele seria uma virtude no modelo representativo experienciado naquele momento, o papel da imprensa no debate sobre as ideias. Para Alencar, além da questão do pleito e da votação como manifestação

do sujeito ser representado, havia um outro elemento na equação política, existência dos partidos. A imprensa seria uma ferramenta indispensável para além a consolidação na medida em que “Não se concebe um partido sem imprensa, especialmente o da ordem, que rejeita o concurso do braço, e só combate com a palavra”. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 34)

A questão principal no modelo nacional proposto por Alencar a partir dos seus escritos se dava a partir da preservação das estruturas sociais e políticas; “conservação e restauração” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 87). O temor por um possível desarranjo das forças, seja por meio da liberdade conquistada ou concedida, pautava o imaginário e era utilizado como mecanismo de disputa das ideias.

A missão da atualidade é restaurar e não demolir. Aquela propaganda foi inspirada pela ambição e despeito; seu fim era somente mudar as figuras do xadrez político. O empenho atual tem nobre motivo; é o restabelecimento do princípio. Não se indaga das parcialidades, mas das boas doutrinas do sistema; não se inquirem nomes, e só capacidade. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 95)

A construção das intenções políticas, desta maneira, funciona como fruto do poder. Essa análise não pode ser feita de forma superficial, o que acaba evidenciando é a sua própria excepcionalidade e evidências ao expor as estruturas desse poder. “A história é fruto do poder, mas o próprio poder nunca é transparente a ponto de sua análise ser supérflua. A marca infalível do poder pode bem ser sua invisibilidade; o desafio inescapável será expor suas raízes” (TROUILLOT, 2016, p. 18).

José de Alencar explorava as formas de expressar o poder através dos seus escritos de forma bastante sutil e apelava aos seus interlocutores com palavras pomposas, como tática discursiva. “Os textos que então escrevem amalgamam imagens violentas e metáforas grandiosas, evocam, numa linguagem extremamente emocional, os sofrimentos e a liberação, as alienações e revolução” (ANSART, 2019, p. 160). Alencar escrevia:

Momento semelhante é o da nossa atualidade. A depravação do poder legislativo e dependência do judiciário, de um lado, exorbitância do executivo, por outro, paralisaram entre nós o governo representativo. A atonia do povo e sua rudez política, a par do espantoso desenvolvimento e corrupção do

elemento burocrático, dão ao mal uma enormidade assustadora. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 88)

A dita “atonía do povo e sua rudez política” configuram-se como elementos que o autor explora ao longo das Cartas de Erasmo ao tratar da carência de envolvimento da população nas questões de ordem política. A representação funcionaria enquanto a anuência dada a determinados grupos de emitir suas ideias e agir livremente sobre as questões de foro público. As pessoas livres encabeçariam esse processo de forma facilitada. Por outro lado, as pessoas escravizadas, ou as que carregavam a marca do escravismo em suas peles, carecem dos direitos que o modelo representativo pensado por José de Alencar propunha.

Nessa acepção, a representação representaria as pessoas que podem opinar e agir sobre a gestão da coisa pública, portanto aquelas que são livres, e não as escravizadas, que carecem dos direitos que a própria representação pressupõe. (PARRON, 2022, p. 705)

O modelo representativo pensado por José de Alencar, neste momento, foi elaborado com duas funções claras: restringir a participação da população que não estava incluída quando se pensava a ideia de cidadania e, por outro lado, limitar as atribuições do D. Pedro II. A restrição ao poder moderador, não se dava necessariamente na entidade do imperador, mas numa querela pessoal que se arrastou durante anos e teve diversos episódios, como a questão da controvérsia da Confederação dos Tamoios.

O sistema político imperial foi montado para limitar o príncipe e excluir o "povo". A "opinião pública", requisitada pelo sistema representativo, designava não o conjunto dos brasileiros, mas os proprietários, restringindo o exercício da cidadania a uma elite selecionada dentre os socialmente iguais. (ALONSO, 2002, p. 60)

iii – a opinião pública, ou o medo enquanto interlocutor

Pensando o espaço público, intencionalmente utilizado por José de Alencar, podemos observá-lo como um ambiente real ou virtual de constante disputa de narrativas e busca pela atenção de grupos sociais e atores políticos. Espaço este que foge qualquer tipo de neutralidade e, reconhecendo as limitações do período, irrestrito para a participação da população letrada. Em ocasiões muito singulares havia a hipótese de censura, mas a regra era a livre circulação das ideias.

A formação desta concepção de opinião pública, apresentada por Alencar, tem origem nas estruturas de poder identificadas na sociedade, durante o segundo reinado, as quais funcionavam quase como um reflexo dos interesses e vontades da classe dominante escravista e monárquica.

A sociedade imperial distinguia, portanto, qualitativamente seus integrantes. Separava seus cidadãos políticos, oriundos dos estamentos senhoriais dominantes e intermediários, encarnação da "opinião pública", do "povo". Esta última noção designava o conjunto da população de homens livres pobres e libertos. O sistema representativo retirava sua legitimidade da "opinião pública", do conjunto de proprietários. O "povo" não ficava excluído." (ALONSO, 2002, p. 60)

Um grupo se dedicava a utilizar destes espaços de forma política com o intuito de resguardar e dar continuidade aos seus próprios interesses, geralmente homens brancos e de alguma condição financeira. Angela Alonso resume as práticas sociopolíticas que caracterizaram o período da seguinte forma:

A sociedade imperial distinguia, portanto, qualitativamente seus integrantes. Separava seus cidadãos políticos, oriundos dos estamentos senhoriais dominantes e intermediários, encarnação da "opinião pública", do "povo". Esta última noção designava o conjunto da população de homens livres pobres e libertos. O sistema representativo retirava sua legitimidade da "opinião pública", do conjunto de proprietários (ALONSO, 2002, p. 63).

A dinâmica presente nestes espaços de opinião pública, pode ser compreendida a partir do exposto alencariano, como a conformação de forças políticas e sociais que buscavam impor suas convicções na medida em que se esforçavam para convencer, ou, no jargão liberal, vender determinadas ideias a um público. Logo, pode-se dizer que, na perspectiva de Alencar, “a condição para a formação da opinião pública, essencial ao verdadeiro regime representativo, era a educação do povo e a civilização da elite” (ALONSO, 2002, p.86). Os debates nos espaços públicos eram plurais tanto na forma como no conteúdo, podendo assumir formatos narrativos distintos, como o elaborado por Alencar ao longo dos anos, quanto nas formas que eram divulgadas estas ideias.

O parlamento era uma das formas mais comuns de debater determinadas ideias, mas não era a única. Desempenhava, incontestavelmente, papel central para o debate político e de ideias durante o segundo reinado, mas estava longe de ser o único meio para isso. Os impressos emergiam como importante canal para a apresentação das ideias e convite para o debate dos diferentes grupos. Os termos direcionam nossa análise para o conjunto dos recursos mentais que estavam aptos a serem instrumentalizados no momento.

A imprensa, da mesma maneira, era outro instrumento bastante comum na qual os diversos atores sociais defendiam suas ideias, seja a partir de jornais ou na publicação de material panfletário como nas Cartas Políticas de Erasmo, escrito por José de Alencar e publicado com um pseudônimo. Para o autor, a imprensa utilizada de forma eficaz seria uma grande aliada para a manutenção e exercício do sistema representativo idealizado anos antes. Para ele, “não há imprensa no Brasil capaz de afrontar-se com a classe superior em prol da democracia e dos verdadeiros princípios constitucionais; nem haverá enquanto o povo não a puder acoroçar”. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 98)

Esta dinâmica de defesa das ideias nos espaços públicos é ilustrada pela publicação das Cartas de Erasmo na medida em que o autor se utilizava da divulgação do material, articulando argumentos e endereçando a determinados sujeitos, como o Imperador e até mesmo ao Povo brasileiro, para convencê-los e mobilizar os afetos em um projeto. Utilizando o nome de Erasmo, Alencar podia usar sua liberdade e defender ideias sobre a constituição, o poder moderador, a cidadania e a escravidão de forma bastante efusiva.

Toda a experiência política, desta forma, é atravessada por incontáveis sentimentos e emoções, por vezes latente, mas na maioria das vezes patente. José de Alencar, em seus escritos, consegue instrumentalizar as paixões pessoais em capital político e, a partir de então, vender suas ideias. Tanto a euforia quanto a aflição, do ódio até a simpatia, da insensibilidade ao amor, ou seja, tudo acaba sendo operacionalizado no discurso alencariano através espaços públicos. Neste sentido, o discurso presente nas Cartas de Erasmo, mais do que nunca, funcionam como manifesto das paixões políticas.

Toda a sutil escalada de sentimentos e emoções, do júbilo à angústia, do amor ao ódio, pode ser encontrada em nossa experiência política e, da mesma forma, todas as intensidades do desejo, da exaltação à indiferença. (ANSART, 2019, p. 14)

Com base nestas ideias, podemos refletir sobre a presença da violência oriundas do discurso de ódio através do segundo reinado. Alencar não foi o primeiro a apelar para os receios da população a fim de defender um projeto político. A potência dos medos coletivos funcionou, significativamente, para a elite escravista, oitocentista, manter seu domínio e influência socialmente. Essa habilidade de manipular as emoções e persuadir a partir das narrativas mobiliza de forma a transcender a mera racionalização de um fato.

Por meio dos discursos eloquentes e fervorosos, os interlocutores políticos conservadores, grupo no qual José de Alencar estava inserido, munidos de retórica clamam um sentimento de medo e horror à determinado grupo, ideia ou posição distinta da “norma”. Buscamos entender as origens para esse sentimento, como pontuado por Célia Maria de Azevedo, mas reconhecendo que “recuperar o medo como dimensão da história não é tarefa fácil” (AZEVEDO, 1987, p.19).

O imenso pânico presente no discurso alencariano nasce do pesadelo caribenho, primeira experiência revolucionária dos africanos e sua descendência na antiga colônia francesa. A burguesia brasileira despertava de seus mais intranquilos sonhos kafkianos horrorizados com a possibilidade de a onda negra emergir no seio da sociedade.

Era o grande medo suscitado pela sangrenta revolução em São Domingos, onde os negros não só haviam se rebelado contra a escravidão na última década do século XVIII e proclamado sua independência em 1804, como também — sob a direção de Toussaint l’Ouverture — colocavam em prática os grandes princípios da Revolução Francesa, o que acarretou transtornos fatais para muitos senhores de escravos, suas famílias e propriedades. (AZEVEDO, 1987, p. 35)

Em São Domingos, as assombrosas consequências foram terríveis para a burguesia escravagista que teve sua propriedade saqueada e tomada, quando não tiveram sua vida e de seu núcleo familiar ceifado. No Brasil, o espectro negro adjunto da maioria da população sendo não-branca acabou sendo uma combinação que Alencar soube utilizar nos espaços públicos para defender suas teses nacionais de desenvolvimento econômico, higienização étnica e projeto de cidadania.

Para José de Alencar, “O Brasil passa neste momento um transe bem doloroso”, no qual a sociedade brasileira está “já às sombras crepusculares de uma tarde medonha”. Não satisfeito com o intuito de fazer seus interlocutores sentirem na pele, recorre à metáfora do parto a fim de mostrar como “os pródromos da tormenta são sinistros”. Fazendo, por fim, deste temor como uma gestação que a nação espera e alimenta no seu seio, mas que seus adversários parecem ignorar na medida em que “a calma podre da opinião assusta os espíritos mais intrépidos”. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 10)

O plano nacional, presente nos enunciados alencarianos, só se torna possível e, naquilo que compreendo como intencional, quando analisamos em perspectiva a articulação dos três elementos do seu discurso: o momento presente da produção das ideias, o passado enquanto elemento motriz e o futuro enquanto horizonte do que quer chegar e do que não quer repetir. Em outras palavras, identifico que em José de Alencar há uma vontade de pautar um projeto de construção nacional através da idealização de um passado, por meio da literatura como abordado por Façanha (2017), aliando as questões políticas que desembocam na escravidão, como apontado por Parron (2011), e projetando um caminho para o país a partir de um modelo de força produtiva, como veremos nos próximos capítulos.

Com base nestas ideias, podemos refletir sobre a presença da violência oriundas do discurso de ódio ao longo do segundo reinado. Alencar, como pontuei, não foi o primeiro e nem o único a apelar para os receios da população a fim de defender um projeto político que se ligava a questão econômica. Talvez tenha sido o mais empenhado em defender um projeto nacional que buscasse resolver a questão do elemento servil, ou da massa negra na sociedade de forma definitiva. O projeto era desaparecer com os homens e mulheres negros do Brasil através da assimilação eugênica, isto é, queria-se eliminar a massa potencialmente perigosa de negros através de uma ação intencional de branqueamento da população por meio da imigração europeia.

Como veremos nos próximos capítulos, o projeto alencariano a partir das *Cartas de Erasmo* era traçar caminhos possíveis para o país seguir em busca da substituição das forças produtiva. Além de ponderar instrumento para eliminar o elemento negro, Alencar refletiu sobre como tornar atrativo a imigração branca europeia e como essa política poderia contribuir para o branqueamento da população enquanto consolidava uma cultura de trabalho assalariado no país.

O parlamento, como um todo, se utilizava deste temor para agir politicamente, a fim de “tomarem decisões mais resolutas” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 19). As ideias por trás dos discursos políticos eram construídas de forma concomitante a criação das próprias ideias, de forma que “entre os dois, há camadas de teoria acumulada ao longo de eras. Mas teorias são construídas sobre palavras e com palavras” (TROUILLOT, 2016, p. 23). Para Alencar, o que ele se empenhava em defender não era uma concepção unicamente sua, mas algo que estava circulando na medida em que não era possível determinar a paternidade dos pensamentos, ou em outras palavras, “não têm nome as ideias” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 113). Logo,

as ideias são inscritas na luta política; são entendidas como meios de expressão e identificação de movimentos coletivos emergentes numa situação histórica determinada, a crise do Brasil-Império. (ALONSO, 2002, p. 15)

A potência desses pré e pós-conceitos, abordado por José de Alencar, dos medos coletivos funcionou, significativamente, para a elite escravista, oitocentista, manter seu domínio e influência socialmente além de utilizar dos seus privilégios para pautar o debate público. A iminência das transformações sociais, denunciadas por Alencar, buscavam pautar o debate e atrair interlocutores. Dizia ele, incitando o temor de um levante da organização daquele que livres convivem com a escravidão: A geração nova, libertada no ventre, era a primeira a revoltar-se para arrancar ao cativo seu progenitor (ALENCAR, 2009 [1865], p. 327).

Entre os diversos pontos debatidos no período, observamos a predileção do autor cearense por três tópicos, no debate público: a economia, o controle e a ordem social a partir do elemento africano na sociedade. De forma elucidativa, a escravidão é a temática na qual Alencar explorava em seus textos, discursos e projetos de forma velada e sutil. Em determinado momento, o autor consegue ser mais enfático enquanto em outros momentos beira ao refinamento das palavras e expressões que o leitor desatento mal consegue discernir sobre o que se fala.

Após toda a questão adversa que o país vivenciou na década de 1860 com a Guerra do Paraguai, novas demandas se fizeram necessárias para encaminhar o país no rumo da resolução do elemento servil. Celia Maria Marinho de Azevedo, ao refletir sobre a particularidade do período, reconhece a existência de um eixo comum ao abordar a questão escravista no Brasil.

Três foram as preocupações básicas manifestadas por vários oradores: em primeiro lugar, os efeitos da Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871) estariam tornando impossível o mesmo controle disciplinar sobre os escravos, uma vez que a escravidão já não podia mais ser considerada como um regime absoluto e perpétuo, mas tão-somente relativo e condenado fatalmente a extinguir-se; em segundo lugar, temos um crescente medo dos escravos e de possíveis rebeliões, em parte devido à perda de controle disciplinar e, por outro lado, em razão do tráfico acelerado de cativos do norte; por último, em função do mesmo tráfico interprovincial, renovava-se o medo de que ocorresse no Brasil uma guerra-civil do tipo da norte-americana, com o norte impondo ao sul uma abolição forçada e sem indenização sobre o grande capital empatado em escravos. (AZEVEDO, 1987, p. 114)

O eixo que conduziu o debate, observando a produção alencariana no período, foi o ajuntamento dos medos e o “horizonte de expectativas” que se impunha naquele momento. Escrevendo sobre o momento, o autor percebe que “não é menos curiosa a maneira por que a burocracia fabrica a opinião pública no Brasil” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 98), ou como os parlamentares utilizavam as ferramentas disponíveis para tomarem decisões que perpassam a substituição da força de trabalho. Conforme bem observou Tâmis Parron, “a relação ao mesmo tempo tensa e orgânica entre a escravidão negra e a três conceitos-chave da ordem liberal: representação, cidadania e soberania” (PARRON, 2022, p. 701).

CAPÍTULO II – “projeto nacional de invenção do brasileiro”

i – O problema da Guerra do Paraguai em José de Alencar

Na segunda metade da década de 1860, José de Alencar propagandeou as *Cartas Políticas de Erasmo*. Publicadas semanalmente nas livrarias do Rio de Janeiro, tinham interlocutores e temas distintos com base nas grandes questões que o autor acreditava serem latente à época. Alguns assuntos se fizeram presentes de forma mais substancial na medida em que nos dedicamos a compreender a lógica alencariana até então.

O conteúdo das Cartas de Erasmo era essencialmente político e se coadunava com os temas do debate político do período em questão: a emancipação, a relação entre os poderes e os atributos do Poder Moderador, a representação política, o sistema partidário, a guerra do Paraguai, a crise financeira (SIMÕES, 2013, p. 315).

Os diversos pontos abordados por Erasmo, em um primeiro momento, podem parecer difusos ou caóticos, mas revelam uma intencionalidade sobre o modelo político para o Brasil. Analisar estes dados de forma aprofundada é crucial para buscarmos entender o projeto alencariano a partir da guerra e suas consequências para o modelo social de cidadania almejado posteriormente. “A história é fruto do poder, mas o próprio poder nunca é transparente a ponto de sua análise ser supérflua. A marca infalível do poder pode bem ser sua invisibilidade; o desafio inescapável será expor suas raízes” (TROUILLOUT, 2016, p.18). Assim sendo, podemos afirmar, em linhas gerais, que

As cartas foram publicadas no calor do debate político que envolveu a década de 1860, sobretudo entre 1865 e 1868, ano em que José de Alencar foi nomeado Ministro da Justiça. (...) A década de 1860 propiciou muitas discussões, como a natureza do Poder Moderador e as relações desse poder com o Executivo, a reforma da polícia e da justiça, as finanças públicas, as eleições, o sistema partidário e representativo, a Guerra do Paraguai e a abolição da escravidão (SILVA, 2019, p. 531).

Um dos primeiros problemas diagnosticados, pelo autor, foi sobre a questão da Guerra do Paraguai, todos os pontos que envolviam a condução do conflito até aquele

momento, e o projeto em curso do elemento servil. Ao observarmos a estrutura do texto, concluímos que a confluência das habilidades de escritor torna apropriado o projeto que se pretendia desenvolver semanalmente nas páginas do seu manifesto político. Assim, o *corpus documental* teve uma sequência, ao longo da segunda metade dos anos 1860.

A primeira (17 de novembro de 1865 a 24 de janeiro de 1866) e a terceira (24 de junho de 1867 a 15 de março de 1868) séries tinham como destinatário o Imperador D. Pedro II. Já a segunda, toda publicada no ano de 1866 e finalizada no dia 6 de agosto, era destinada “Ao Povo”, e vinha acompanhada de duas cartas com destinatários específicos – ao marquês de Olinda e ao visconde de Itaboraá. (FREITAS, 2018, p. 133)

As *Cartas de Erasmo* podem ser consideradas o resumo do projeto político encetado pelo romancista e deputado conservador cearense, até aquele momento. Ao se dirigir diretamente ao Imperador, Alencar produz um diálogo distinto acerca da realidade nacional em face das transformações políticas, sociais e econômicas que estavam acontecendo nos últimos anos, como a política partidária que buscava harmonizar os partidos conservador e liberal.

Ao abordar sobre o período da Conciliação e as transformações político-sociais que decorreram desse momento turbulento, o autor refletiu sobre o horizonte econômico que cercava o país caso seja mexido na força de trabalho nas lavouras e nos campos em virtude de um parlamento permissivo. O autor abordava, incessantemente, sobre a possibilidade da libertação dos homens e mulheres escravizados e fazia uma análise da direção do maior conflito bélico da jovem nação brasileira.

Refletindo sobre a intencionalidade e os motivos da produção das *Cartas de Erasmo*, Érica Drumond Fontes Silva (2018) lista o que seria os dois pontos principais para Alencar. Segundo a pesquisadora, estudiosa dos processos discursivos na literatura alencariana:

Nas cartas escritas ao Imperador, o tema central é o modo de governar seu povo, como isso refletia sobre a possibilidade da abolição da escravidão e a participação do Brasil na Guerra do Paraguai. Alencar se dizia avesso à abolição por temer os prejuízos na economia do país

sem estabilidade para lidar com os libertos e o desfalque econômico dos donos de fazendas que não tinham reservas para pagar pela mão de obra. Em relação à Guerra do Paraguai, achava desnecessário o gasto retirado dos cofres públicos para a participação do Brasil. (SILVA, 2018, p. 534)

O autor se debruçou sobre aquilo que identificava como a grande questão, no momento, isto é, a situação econômica brasileira ou trabalho nos campos. No cerne da sua argumentação, Alencar se dedicou a alertar os seus interlocutores sobre o prejuízo financeiro que o meio agrícola, principal expoente da economia nacional naquele momento, teria caso toda a força produtiva escravizada fosse libertada.

No contexto de guerra, o autor identificava na figura do governo imperial em buscar preservar a subsistência da própria população. Compreendia a instrumentalização da guerra, mas discordava da utilização desse pretexto como forma para apressar a liberdade dos escravizados. Sobre este ponto, nos dedicaremos a refletir de maneira minuciosa em momento oportuno.

O direito de paz e guerra é o direito de vida e morte do Estado; é, ainda mais, o direito da glória ou opróbrio de um povo. Armados com a feitura e execução da lei, os déspotas oprimem um país e o mutilam; investido por ventura do poder beligerante de um governo inconsiderado pode assassinar ou desonrar a pátria. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 141)

Concomitantemente a esse ponto, o autor de Erasmo via algo oneroso a guerra e o esvaziamento dos recursos públicos para uma guerra sem sentido, na qual o país caminhava para uma crise, e alertava que “um dia pode o país iludido aterrar-se ante a medonha perspectiva do futuro e exigir contas severas daqueles que o levaram de olhos vendados através dos precipícios” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 268).

De maneira mais precisa, podemos situar o fragmento textual destinado ao “Povo” dentro de um cenário de desconformidade com os rumos do império que estariam sem uma organização eficaz e a força nacional, isto é, o exército estaria entregue ao comando dos chefes militares aliados. A força que o Brasil deveria desempenhar no cenário externo, estava, no entendimento de Alencar, prejudicado e a prerrogativa de encetamento da guerra deu-se por ato quase que despótico do

monarca, algo inconcebível para o autor tendo em vista sua tentativa de provar sua ojeriza ao despotismo logo no começo da segunda epístola nas *Cartas de Erasmo*.

Em uma palavra; fostes o princípio e sois a alma da guerra. Vosso pensamento a inspirou; vossa convicção a alimenta; as forças vivas de vossa personalidade, todas estão concentradas nessa aspiração grande, imensa, única, da vitória: e a vitória significa Humaitá arrasado, Lopes deposto, franca a navegação ribeirinha. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 260 e 261)

A figura do monarca e do poder pessoal era o tópico que conduzia a denúncia do autor, como apontado por David Simões:

A Guerra do Paraguai (1864 - 1870) foi o tema central das suas cartas dirigidas ao povo. Localizando a guerra no interior de um quadro geral de calamidades que assolavam o Império, criticou como o seu encaminhamento se dava: sem direção, sem organização e sob as ordens dos exércitos aliados – “uma vergonha”. Alencar não admitia que um país, o maior representante da civilização na América do Sul, colocasse em xeque a sua própria honra nacional. O mais importante disso tudo, porém, foi o fato de a declaração da guerra ter-se dado, de acordo com o romancista, por um ato inconstitucional do Poder Executivo, uma ação de caráter despótico (SIMÕES, 2013, p. 330 e 331).

Diferentemente do que vimos discorrido no *Systema Representativo*, Alencar utilizou-se de uma forma mais simples de linguagem que buscava ser claro nas suas ideias, sem o tecnicismo do texto anterior. Neste momento, ele "não se furtava a abarrotar as linhas das publicações de suas paixões Pessoais" (FREITAS, 2018, p. 134). Neste sentido, o autor se colocava como um agente ativo na defesa de suas ideias em oposição ao que considerava como passividade da nação, ou do poder imperial na resolução aos sinais de corrupção que surgia. Alencar compreendia essa ausência de moralidade, no campo da política, como algo que não chegava a manchar a figura particular ou pessoal do monarca. Criticava-se a coroa e as instituições de governo, mas sem atacar o Imperador.

Esta situação não é a do Sr. D. Pedro II, felizmente para o Brasil. Americano, como seu povo, com ele nascido neste solo abençoado, cresceram ambos ao influxo das mesmas crenças e das mesmas

ideias. Não existe, pois, neste reinado o germe das invencíveis repulsões, que operam o divórcio entre o monarca e a nação. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 259)

Podemos concluir que no argumento central disposto nas *Cartas de Erasmo ao Povo*, essência do seu projeto nacional no que dizia respeito a Guerra do Paraguai, o autor se percebe no processo de declínio político do império na medida que a esperança de progresso e desenvolvimento perdia força face à corrupção. A preocupação alencariana era o desaparecimento da moral agarrado à culpa dos dirigentes da crise. As intenções do autor ficaram muito bem claras no texto, Alencar fez questão de pontuar que

Erasmus tem grandes ambições; nem se peja de confessá-las. Mas nesta quadra as ambições lisas e puras recatam-se pelo receio de torpe contato com a sórdida cupidez. Tantos cidadãos notáveis que atravessam esta crise mudos, concentrados, arredios dos negócios... Em geral os consideram presas de um seco e frio egoísmo. Engano; são crisálidas senão urnas de nobres ambições refrangidas. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 132)

Conseqüentemente, o atravessamento da guerra com o Paraguai atava as mãos dos políticos, tanto aqueles do seu próprio grupo, os conservadores, quanto o os rivais liberais. O sistema representativo havia falhado e uma nova atitude deveria ser tomada na medida em que a persistência da crise, remontando desde a década anterior à publicação das *Cartas de Erasmo*, se transfigurava como o nó górdio que atrancava as aspirações doutrinárias do autor em face do seu projeto. A apatia política adjunta à corrupção eram o seu grande rival, naquele instante.

José de Alencar compreendia a corrupção política, no que diz respeito à Guerra do Paraguai, como a inércia e implicações em relação à condução do próprio conflito. Isto é, a maneira como os líderes políticos faziam questão de prolongar o conflito e gastar dinheiro com algo que, para o autor das *Cartas*, não tinha sentido e tampouco propósito de continuidade enquanto outros setores da sociedade careciam de maior atenção. Desta forma,

O que afetava Alencar era o fato de que tais expectativas de melhoramentos do país haviam se desvanecido e agora parecia ganhar fôlego a bancarrota do Império. Encontrava-se este, de um lado,

quanto à política externa, envolvido e corroído pela Guerra do Paraguai, que se acreditava que fosse logo posta a termo; do outro, internamente, marcado pelo amortecimento dos partidos políticos imperiais proeminentes – Liberal e Conservador –, pelas constantes acusações do falseamento do sistema representativo, por uma crise financeira que se estendia desde finais dos anos 1850 e, não menos importante para Alencar, pela condescendência do Imperador ante essa situação, a inatividade política do povo e a corrupção da camada política dirigente (SIMÕES, 2013, p. 316 e 317).

O escritor cearense tinha fé na reestruturação nacional com o fim do conflito bélico e, com base nisso, utilizou do espaço para militar em favor do seu próprio projeto, um gabinete eminentemente conservador. As pretensões tiveram êxito quando o autor se uniu ao Gabinete Itaboraí, em 1868, como ministro da Justiça e, dentro do sistema executivo, conseguiu pôr em prática alguma das suas ideias. Fica claro que a:

expectativa de Erasmo era que, finda a Guerra do Paraguai, a situação política se transformasse, inaugurando assim uma era de reorganização. Provavelmente tinha em mente um possível retorno dos conservadores ao poder. Daí a sua argumentação ser permeada de traços conservadores. A Guerra só terminaria dois anos depois, em 1870. No entanto, não demorou tanto tempo para Erasmo ter satisfeita a sua expectativa (SIMÕES, 2013, p. 335 e 336).

As forças militares brasileiras tiveram certa dificuldade ao lidar com o assunto da guerra em virtude do baixo contingente. Neste interim, surgiu a figura dos “voluntários da pátria” como elemento de tentativa de suprir essa falta. A liberdade foi concedida para homens e mulheres destinados para lutar contra Solano López.

Durante a Guerra do Paraguai, o problema da emancipação dos escravos se colocara mais claramente do que até aquela data. O governo concedera, como vimos, liberdade aos escravos da nação, designados para o serviço do Exército, estendendo esses benefícios às suas mulheres. (COSTA, 2008, p. 47)

A historiografia já se debruçou muito sobre o assunto. A libertação dos escravizados para se unirem ao exército brasileiro foi um grande dilema na segunda metade dos anos 1860. Emília Viotti da Costa (2008), abordando sobre as dinâmicas

que, eventualmente, culminou na abolição, apresenta a instrumentalização do escravizado, conhecidos como involuntários da pátria, na linha de frente da Guerra. Conforme a autora: “Ao mesmo tempo, muitos senhores que ambicionavam comendas e títulos enviaram escravos para o front. Outros procuraram evadir-se do serviço militar enviando escravos em seu lugar” (COSTA, 2008, p. 47).

Havia no período um grande problema sobre a manutenção das tropas do exército, como apontado por Francisco Doratioto (2002). Dizia ele que: “Para complementar o Exército, no início da crise com o Paraguai, considerou-se, primeiramente, a possibilidade de mobilizar a Guarda Nacional” (DORATIOTO, 2002, p. 112). A dificuldade em suprir as carências de homens para atuar na Guerra fez com que muitos senhores de escravizados enviassem, em seu lugar, homens que pudessem desempenhar as funções previstas no exército.

Como paliativo para o problema da falta de efetivos e a pedido do presidente do Conselho de Ministros, marquês de Caxias, ampliou-se, em 1862, o recrutamento da Guarda Nacional. Nela passaram a ser alistados todos os cidadãos maiores de dezoito anos, independentemente de renda, divididos em três classes: os que estavam na ativa, os da reserva e os disponíveis, sendo esta última constituída de todos os cidadãos de dezoito a 35 anos de idade não incluídos nas outras classes. Voluntários e recrutados eram submetidos a uma instrução militar precária, que não lhes dava condições de entrar em combate contra um exército organizado (DORATIOTO, 2002, p. 112).

Se por um lado, os grandes escravizadores que possuíam quantidade considerável de pessoas sob seu domínio, utilizavam desse artifício para se livrarem do serviço militar. Por outro lado, identificamos a criação de um problema futuro ao conceder a liberdade para sujeitos que deveriam lutar em terra estrangeira em busca da liberdade, enquanto seu irmão era escravizado no Brasil e não dispunham da mesma liberdade. Logo, a necessidade de regular as relações sociais a partir do escravismo se fazia urgente e necessária.

A participação de escravos na guerra forneceu novos temas aos que lutavam pela sua emancipação. A campanha em favor da libertação dos escravos recrudesciu. Grêmios, clubes, jornais, associações abolicionistas ou emancipadoras foram organizadas nas principais

idades do país. As lojas maçônicas passaram, por sua vez, a dar apoio a essas iniciativas. (COSTA, 2008, p. 49)

Por fim, com base nessas novas questões que advinham da forma como a organização imperial estava acontecendo, Alencar se projetou como o representante dos interesses nacionais na medida em que construía os mesmos interesses. Como veremos a seguir, o autor de *Erasmó* utilizou seu repertório histórico e as emoções para direcionar o debate sobre a emancipação para um caminho singular que alicerçava e consolidava o projeto nacional alencariano para o elemento africano em solo nacional.

ii – A história da escravidão segundo José de Alencar

No que diz respeito à questão do elemento servil e os tópicos que identificamos no discurso alencariano, faz-se necessário esclarecer os pontos e a polêmica em torno do romancista e político que nos permitem inferir sua afinidade e alocação, no campo das ideias, como um escravista.

Por conseguinte, investigaremos qual o papel do discurso alencariano no cenário de debate sobre a instituição da escravidão e as possibilidades de país que ensejavam no período e a temática ensejada por ele. Pois assim como o vocábulo história possui diversos sentidos, em vários momentos para diversos sujeitos, a escravidão também opera de forma bem parecida.

No Brasil, a escravidão seria fruto do sucesso de um sistema de colonização baseado no apresamento de africanos, um "monstruoso transplante da raça afetiva" - pelo qual a Igreja Católica seria co-responsável. A escravidão africana seria uma circunstância da situação de colônia, que teria permanecido indevidamente na nação independente. (ALONSO, 2002, p. 213)

Buscando justificar seu posicionamento firme sobre a manutenção do modelo social, econômico e político escravista e tecendo críticas ao Imperador, no que diz respeito à proposta emancipacionista, o autor dispunha de uma longa linha argumentativa que justificava suas ideias no meio de uma sociedade dividida. Desta forma, reconhecia as pretensões de Pedro II ao propor o debate da emancipação dos filhos e filhas das mulheres escravizadas.

“A tramitação da abolição no sistema político foi longa e penosa no Brasil. Duas características a marcaram. De um lado, movimento abolicionista, contramovimento escravista e governos usaram o repertório de experiências internacionais como bússola para lidar com a escravidão. De outro, abolicionistas escolheram estratégias, retóricas e arenas preferenciais (espaço público, instituições políticas e ações clandestinas), em resposta à correlação de forças em cada conjuntura -- disposição de governos para cooptar, tolerar ou reprimir, presença de aliados no sistema político e força dos escravistas.” (ALONSO, 2018, p.358)

Para o autor, essa atitude não passava de mera vaidade, busca da fama e celebridade no contexto internacional. O discurso, proferido no início das atividades parlamentares em 1867, não passaria de “propaganda filantrópica” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 279). A Fala do Trono como uma espécie de gracejo à Sociedade Abolicionista Francesa que vinha pressionando para a tomada de atitude em face da continuação da escravidão no Brasil. Assim, o romancista declara:

Senhor,

Não posso mais conter a veemência do sentimento que me assoberba. Uma voz funesta, que abala a nação até as entranhas; voz prenhe de calamidades percorre, neste momento, não já a cidade, mas o império. E fostes vós, senhor, que a lançastes como um anátema ao país? Em princípio era um sussurro apenas que se esgueirava na sombra. Agora já a opinião articulou distintamente esse verbo de revolução; o eco repercutiu no senado brasileiro. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 257)

O discurso alencariano, como fruto das aspirações do seu tempo, carrega em si o cerne daquilo que entendemos como a sociedade escravista se organizava e pensava. Em outros termos, “A escravidão definia sua organização econômica, social e cultural: era sua *raison d’être*. As pessoas que lá viviam, livres ou não, viviam lá porque eram escravos” (TROUILLOT, 2016, p. 45). Desta forma, pensar-se sobre o assunto de forma crítica ou com aspirações reformadoras deveria ser rechaçada e evitada.

“O fim da escravidão era visto pela ótica econômica e, neste ponto, a principal função do Estado seria subsidiar a vinda dos europeus para o trabalho agrícola, auxiliando o “desenvolvimento espontâneo” da sociedade e da economia, sem induzir a indústria” (ALONSO, 2002, p. 253)

Entender de forma ampla os processos do poder nos capacita a obter uma visão significativa daquilo que observo como a defesa da escravidão com base em ideias dentro de um contexto histórico próprio, criado por Alencar para justificar a necessidade do escravizado. Assim, para o romancista, tornava-se fundamental ponderar “quais eventos incluir e quais excluir?” (TROUILLOT, 2016, p. 42).

O conceito de cidadania, ou qualquer forma de inclusão social era unicamente direcionado a uma fatia da população branca, ou todo aquele que não fosse negro numa sociedade massivamente miscigenada. Ignorava-se o “cruzamento das raças” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 293), ou melhor, tinha-se um pensamento próprio para o assunto como iremos ver logo a frente. Erasmo tinha a gênese da escravidão como carro chefe do seu discurso.

Eis um dos resultados benéficos do tráfico. Cumpre não esquecer, quando se trata desta questão importante, que a raça branca, embora reduzisse o africano à condição de uma mercadoria, nobilitou-o não só pelo contacto, como pela transfusão do homem civilizado. A futura civilização da África está aí nesse fato em embrião (ALENCAR, 2009 [1865], p. 296).

Desta forma, acreditamos que Alencar intencionalmente tece sua narrativa e argumenta ao Imperador e ao Povo, construindo um modelo de como conduzir o fim do elemento servil no cenário imposto pela libertação dos escravos para lutar na guerra e os novos debates em torno do Ventre Livre.

As condições de trabalho acarretavam em geral uma expectativa de vida mais curta, taxas de mortalidade mais altas e taxas de natalidade muito mais baixas entre os escravos caribenhos e brasileiros do que entre seus correlatos estadunidenses. Desse ponto de vista, a cana-de-açúcar era o algoz mais sádico que os escravos podiam ter. (TROUILLOT, 2016, p. 45 e 46)

Neste sentido, compreendendo a dinâmica do poder de forma abrangente nos proporciona adquirir uma perspectiva sobre a produção destas ideias no contexto histórico próprio no qual a cidadania era pensada dialeticamente com os caminhos que o país poderia, ou deveria trilhar levando em consideração o elemento unificador da sociedade. Logo, “lembrar nem sempre é um processo de invocar representações sobre o que aconteceu” (TROUILLOT, 2016, p. 40), mas refletir sobre aquilo que poderia ter sido olhando em perspectiva as relações de poder e interesse para aquelas pessoas que construíram a realidade a partir da sua prática.

O rastreamento do poder demanda uma visão mais ampla da produção histórica do que admite a maioria dos teóricos. Não podemos excluir por antecipação qualquer dos atores que participam na produção da história, nem qualquer dos lugares em que essa produção pode ocorrer. (TROUILLOT, 2016, p. 57)

Assim sendo, podemos perceber que a posição de José de Alencar, como político de carreira, idealizador e pensador da nação brasileira, na vasta conjuntura do período, se fez imprescindível. Observar e refletir sobre o que o autor tratava e o porquê de seguir esse argumento são algumas das questões que iremos tratar mais a frente. No momento, iremos nos dedicar ao caminho percorrido pelo autor ao defender a escravidão naquele momento.

Iniciaremos a análise observando que a sua defesa central sobre a necessidade da escravização para a perpetuação das relações de poder e dominação. Alencar inicia sua aventura turvando o sentido da escravidão como prática social, econômica e política de subjugar uma população e forçá-la a trabalhos forçados, oferecendo o mínimo para a continuidade daquele processo e da sobrevivência dos indivíduos.

A lei de nosso país considera o escravo como coisa ainda; porém o costume, a razão pública, mais poderosa que todas as leis escritas, pois é a lima que as vai gastando a todas e cinzelando as novas; a razão pública já elevou o cativo entre nós à condição de homem, embora interdito e sujeito. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 309)

Segundo José de Alencar, a elite imperial, possuidora dos títulos de posse e propriedade de inúmeros homens e mulheres escravizados, seria a única força que teria os louros da glória naquele momento por serem “os grandes conquistadores da paz e da civilização” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 278). Podemos compreender essa dinâmica, também, a partir daquilo que irei chamar de burguesia escravista, compreendida aqui como os membros da classe social que lucrava duplamente com a escravidão, seja por meio do comércio de pessoas escravizadas ou com aquilo que era produzido pelas mãos de obra desses sujeitos.

O sentido de civilização, para o autor de Erasmo, era algo muito claro e preciso como introdução do sujeito africano na dinâmica social vigente a partir da educação na “correção dos costumes” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 364). A compreensão da indispensável e originária demanda de mão de obra escravizada e sua instrumentalização como recurso quase que doutrinário, perpassam toda a tese alencariana nas *Cartas de Erasmo*. Exclamava o autor, dizendo que “porque somos livres agora nós filhos de uma raça hoje superior, havemos de impor a todo o indivíduo, até ao bárbaro, este padrão único do homem que já tem a consciência de sua personalidade!” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 297).

Contudo, o autor ignora a contradição entre a necessidade de força produtiva e a alternativa dos países do Norte, lidos como desenvolvidos, com o assalariamento do trabalhador numa lógica capitalista e fábri. Por outro lado, seu argumento é atravessado por uma perspectiva subalterna do Brasil frente à Inglaterra, superior ao saber conduzir a emancipação da escravidão e inseri-los numa lógica capitalista. Deixou-se de ter escravos e passou-se a produzir operários.

Dois fatos muito salientes de abolição contrastam na história da escravidão moderna; a das colônias inglesas em 1833 e o das colônias francesas em 1848. O primeiro se realizou com abalo, mas sem grandes catástrofes. Ao atrito do frio caráter saxônio a população negra se tinha limado. O homem do norte é originalmente industrioso; sua mesma pessoa representa uma indústria, uma elaboração constante das forças humanas contra as causas naturais de destruição. Ele disputa a vida ao clima, e a nutrição ao gelo. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 297)

Podemos supor que, a partir do exposto alencariano, admitia-se a urgência, mas situava o país num grau inferior, no qual não havia passado pelos rudimentos da civilização, em virtude da maioria de homens e mulheres negras. Por este motivo, “a emancipação, além da desordem econômica e das insurreições” poderia conduzir o país à “desgraça e ruína da população negra” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 298) na medida em que fosse “educada para a liberdade” não conseguiria utilizar totalmente da sua cidadania. Neste sentido, argumentava que a população escravizada começava a ser inserida nesse novo mundo.

O primeiro direito da pessoa, a propriedade, o escravo brasileiro não só o tem, como o exerce. Permite-lhe o senhor a aquisição do pecúlio, a exploração das pequenas indústrias ao nível de sua capacidade. Com esse produto de seu trabalho e economia rime-se ele do cativo: emancipa-se e entra na sociedade. Aí nenhum prejuízo de casta detrai seu impulso: um espírito franco e liberal o acolhe e estimula. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 309)

O caminho desenhado por Erasmo era muito singular na qual concebia que nenhum grupo deveria, ou seria capaz de permanecer em sua condição subjugada. Argumentava Erasmo que “Não nos recordamos que os povos nossos progenitores foram também escravos e adquiriram, nesta escola do trabalho e do sofrimento, a têmpera necessária para conquistar seu direito e usar dele?” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 297). Eventualmente todas iriam convergir em liberdade, na medida que fossem educadas, pois, na equação violenta do autor, a sociedade tende ao equilíbrio através da brutalidade da escravização.

Se houvesse uma raça infeliz, capaz de permanecer eternamente na escravidão pelo fato de não consentir a outra em emancipá-la; então seria um princípio social aquele absurdo outrora sustentado, da fatalidade dessa instituição e desigualdade das castas. Não há, porém, contestar, todo povo, toda família humana acaba cedo ou tarde por conquistar a liberdade como a ave implume por devassar o espaço. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 308)

Basicamente, busca-se a justificação da instituição e da perpetuação do processo escravista. José de Alencar o expõe e o demarca a como algo intrínseco, dizia ele que “a escravidão é um fato social” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 282) e, portanto, deve ser tratado enquanto tal. Mesmo reconhecendo a caducidade, alega a necessidade de permanência, por conta dos “graves interesses de um povo” na medida em que, mesmo moribunda, “ainda não morreu”.

É quanto basta para merecer o respeito. No tênue sopro, que de todo não exalou do corpo humano moribundo, persiste a alma e, portanto, o direito. O mesmo acontece com a instituição: enquanto a lei não é cadáver, despojo inane de uma ideia morta, sepultá-la fora um grande atentado. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 283)

Erasmus disserta que não há Estado moderno, ou não há sociedade sem que haja a sujeição de um ser humano pelo outro. “O cativo foi o embrião da sociedade; embrião da família no direito civil; embrião do estado no direito público” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 285); e, portanto, caberia tecer ideias de como conduzir o país a partir desse momento para o progresso humano e social.

Tudo se resumia, portanto, a um esforço decidido e sistemático da parte do Estado no sentido de educar, amoldar, civilizar, controlando e disciplinando o cotidiano dos governados a fim de que eles se tornassem efetivamente úteis ao país partes integrantes, e batalhadoras de uma razão nacional superior. Mas os reformadores que, sobretudo a partir dos anos 70, relacionavam o ócio da maioria da população pobre com a estrutura fundiária já não encaravam como tão direto e simples o percurso entre emancipação gradual e disciplinarização das vidas (AZEVEDO, 1987, p. 49 e 50).

iii – Necessidade nacional, a mão de obra escravizada

A questão do fim da escravidão, ou substituição da mão de obra escravizada pela assalariada passava por uma série de entreveros que repercutiam o modelo e o processo mais adequado para o país, em um cenário que visava proteger as relações sociais vigentes. A liberdade negra perpassava a reflexão produtiva do país, logo abordar o tema da escravidão era pensar como inserir o Brasil na lógica produtiva capitalista.

Em outras palavras, a ideia principal era encaminhar o fim do escravismo sem abalar as bases sólidas da sociedade. Neste conjunto de perspectivas distintas, José de Alencar se apresenta como um reformador, mas que cabe investigar a dimensão dessas reformas e como elas se operavam na prática. Erasmo apresentava sua tese da seguinte forma:

Por isso, a emancipação, além da desordem econômica e das insurreições, acarretou a desgraça e ruína da população negra. Ainda não educada para a liberdade, entregou-se à indolência, à miséria e à rapina. Com razão se disse que a abolição da escravidão ali importara a abolição do trabalho. Ainda agora faltam às colônias francesas os braços que demanda a agricultura. Onde estão os que, embora cativos, mantinham essa indústria? Aflitiva interrogação, a que não atende a filantropia, mas a estatística responde com fúnebre algarismo. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 298)

Compreender a discussão pela emancipação e o trabalho, para o autor, estava intimamente ligado à ruína da população negra que ainda seria incapaz de viver em sociedade sem a tutela senhorial. No fundo, o temor alencariano era de estender a vaga noção de liberdade para uma massa negra, maior numericamente que a elite senhorial escravista, e lidar com as consequências que essa atitude poderia ter na dimensão prática das garantias individuais de controle, organização e desenvolvimento capitaneado por esta mesma burguesia. As relações sociais eram o mote do argumento nas *Cartas*.

Na forma de projetos detalhados ou modestas sugestões, os livros publicados neste período de previsões do fim da escravidão deixam entrever a ansiedade dos “homens bons” do Brasil em regularizar gradualmente as relações sociais entre brancos e negros, ou entre proprietários e não-proprietários, preparando o país para um futuro de trabalho livre, ordem e progresso. (AZEVEDO, 1987, p. 33)

Os debates em torno da superação da força produtiva advinda da escravização dos africanos e seus descendentes iniciou-se, no mínimo, uma década antes da produção das *Cartas de Erasmo*. Os anos 50 do oitocentos, muito por conta da influência externa, foram o começo desse movimento, principalmente, a partir da construção da Lei de Terras. Ao olhar para o lado, Alencar identificava outras nações se movimentando em prol do fim do elemento servil.

Determinar os efeitos reais dos atos de abolição que sucederam-se desde fins do século passado até estes últimos anos me parece um estudo importante para a solução do difícil problema da escravidão. [...] O movimento abolicionista estendeu-se pelas repúblicas americanas: Buenos Aires em 1816; Colômbia e Chile em 1821; Bolívia em 1826; Peru, Guatemala e Montevideu em 1828; México em 1829; Uruguai em 1843; finalmente a Inglaterra em 1833 e a França em 1848 para suas colônias. Tantos golpes sucessivos desfechados na escravatura parece que deviam reduzi-la imenso. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 304)

A partir da leitura das *Cartas*, podemos inferir a existência de uma espécie de fluxo do processo produtivo nas colônias da América Latina. Primeiro delimita-se a independência política e, em sequência, abole-se a escravidão adjunto da substituição do trabalho servil pelo assalariamento destas pessoas. Esse processo é marcado pela tentativa de alargar o domínio e influência senhorial nas suas posses.

Porém, o autor identifica limitações nesse fenômeno, caso fosse decidido pela mesma lógica no Brasil, em virtude da massa de homens e mulheres negros no seio da sociedade brasileira. Dizia ele: “Há alguém de boa-fé que aconselhe a emancipação em um Estado, cuja população não tem a capacidade suficiente para sopitar o elemento subversivo?” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 301).

Vale ressaltar que a compreensão do tema racial e de classe social tem suas nuances ora delimitadas, ora difusas ao analisarmos os escritos do autor cearense. Podemos depreender que, esse conjunto de argumentos em torno do trabalho e a raça, está intrinsecamente ligada e situada no momento oportuno da performance social. A ideia do brasileiro como o homem cordial permite compreender que o tratamento dado e recebido por cada indivíduo varia a todo momento assim como a recepção de determinada ação dos homens e das mulheres lidos como não brancos pautava a dinâmica em torno do tema do trabalho.

A discussão acerca da substituição da mão de obra escrava tornou-se pauta com maior nitidez a partir de 1850, por conta da pressão internacional para o fim da escravidão brasileira, viabilizada tanto pela Inglaterra quanto pela França. Por outro lado, Erasmo argumentava que enquanto as mais poderosas nações da Europa estavam consolidadas e com a escravidão devidamente extinta, o Brasil ainda permanecia no “limbo do desconhecido”, o que justificava a demora no encaminhamento da reforma, circunstância que não trazia desonra ao país, demonstrando assim a necessidade de considerar a particularidade local (FERREIRA, 2021, p. 15).

Como abordado em outro trabalho (MARQUES, 2021), José de Alencar articula a história da escravidão e de sua abolição a partir do ponto de vista do progresso. Este termo tem um sentido, para o autor, de modernização do país adjunto da resolução do elemento servil ou, em outras palavras, da superação do africano e de sua descendência no contexto sociopolítico brasileiro.

Uma chave analítica para compreender esse movimento de José de Alencar está na dialética do tempo histórico a partir de coletivo singular, abordado em Koselleck (2006). O processo do qual o autor, neste sentido, se coloca enquanto representante exerce um papel quase de síntese que recolhe em si mesmo a possibilidade do agir em determinados contextos, juntando diversos elementos que convergem para um monumento de todos os processos que decorreram até ali. Logo a “ideia do coletivo singular possibilitou outro avanço”, analisando o nosso *corpus documental* na medida em que Erasmo operacional os signos linguísticos em favor dessa noção de progresso. Assim sendo,

Permitiu que se atribuísse à história aquela força que reside no interior de cada acontecimento que afeta a humanidade, aquele poder que a tudo reúne e impulsiona por meio de um plano, oculto ou manifesto, um poder frente ao qual o homem pôde acreditar-se responsável ou mesmo em cujo nome pôde acreditar estar agindo. O advento da ideia do coletivo singular, manifestação que reúne em si, ao mesmo tempo, caráter histórico e linguístico, deu-se em uma circunstância temporal que pode ser entendida como a grande época das singularizações, das simplificações, que se voltavam social e politicamente contra a sociedade estamental (KOSELLECK, 2006, p. 52).

O fim da escravidão seria, ao cabo, um feito operado pela própria história. O romancista retoma o “direito quirital dos romanos”, relembra a opressão do “feudalismo” como uma “fase do progresso” e um “instrumento da civilização” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 284). Para ele, o caminho percorrido para chegar ao ápice do desenvolvimento pouco importava; nesta lógica que beirava o legalismo positivista “fim” era, de certa forma, mais considerável e preferível do que a violência cotidiana sofrida pelos escravizados em território brasileiro (MARQUES, 2021, p. 12). Além disso, o autor pontuava a situação particular do africano em comparação com o imigrante no qual, numericamente, nem se comparava com a força produtiva negra.

A escravidão; a aliagem artificial, que supre e prepara o amálgama natural. Sem a pressão enérgica de uma família sobre a outra, era impossível que a imigração europeia, tão diminuta nos primeiros tempos, resistisse à importação africana dez vezes superior. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 296)

Em outro momento, Alencar retorna à ideia de instrumentalizar as paixões políticas em favor do seu argumento ao declarar a falência dos Estados que, premeditadamente, descarrilharam pela abolição da escravidão.

De passagem mencionarei uma circunstância digna de séria meditação. Todas as repúblicas abolicionistas foram dilaceradas pela anarquia: enquanto o Brasil se organizava com uma prudência e circunspeção admirável (ALENCAR, 2009 [1865], p. 305).

Célia Maria Marinho Azevedo, identifica que grande parte da discussão estava pautada no movimento abolicionista adjunto dos entusiastas do imigrantismo. O trabalhador livre, quase consensualmente entre aquilo que percebo como uma burguesia escravocrata, estava personificado na figura do estrangeiro que chegaria ao país para contribuir com o projeto civilizatório brasileiro. Para Alencar, romper o “freio” do elemento africano no país seria o “sopro para desencadear a guerra social, de todas as guerras a mais rancorosa e medonha” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 303). Neste sentido, defendia uma lenta transição do trabalho.

Com base no pensamento alencariano presente nas *Novas Cartas de Erasmo*, consideramos que o modelo social, político e econômico nacional deveria se dar a partir da exploração *ad infinitum* da população negra. O projeto em busca do melhoramento dos aspectos cruciais da realidade brasileira estava ancorado, para Erasmo, na conservação da ordem vigente, isto é, enquanto modo produtivo e reprodutivo do capital, na medida em que se trabalhava por eliminar ou sobrepujar a população negra através da aglutinação, miscigenação ou até mesmo substituição por brancos.

Até meados da década de 1880 temos como enfoque privilegiado a escravidão, o negro e sua rebeldia, o movimento abolicionista e as sucessivas tentativas imigrantistas, enfim, o chamado momento de transição para o estabelecimento pleno do trabalho livre. (AZEVEDO, 1987, p. 20)

Cabe destacar, como a própria autora aborda em sua pesquisa, que o elemento estrangeiro estava atrelado à figura do europeu, uma vez que toda e qualquer civilização que fugisse dessa norma era descartada pois “os chineses são repudiados como elementos atrasados e carregados de vícios, inerentes às raças inferiores” (AZEVEDO, 1987, p. 145).

Em sua argumentação, Alencar desenha a necessidade da escravização para, além do exposto acerca da civilização do africano, enquanto artifício retórico com os seus interlocutores, o desenvolvimento produtivo imperial. A ideia primordial sempre foi a manutenção da ordem e, continuando com o empreendimento opressor, potencializar o domínio dos corpos por meio de extenuar toda a força produtiva em proveito próprio.

Esse elemento importante da civilização americana, que serviu para criá-la e a nutriu durante três séculos, já consumou sua obra? É a escravidão um princípio exausto, que produziu todos os seus bons efeitos e tornou-se, portanto, um abuso, um luxo de iniquidade e opressão? (ALENCAR, 2009 [1865], p. 293)

A defesa alencariana tem início com o pronunciamento do Imperador, colocando a solução da escravidão como questão de “forma e oportunidade”, em virtude da carta da Junta Francesa de Emancipação no ano de 1867. Como pontuado anteriormente, a intenção era de tratar desses assuntos prioritariamente com o fim da Guerra do Paraguai (FERREIRA, 2021, p. 15).

Erasmus empenhou uma estratégia de criticar aquilo que chamava de “filantropia” e “caridade” europeia em contraposição à necessidade brasileira de ter mão de obra na lavoura. Além disso, o autor retirava a responsabilidade ativa do Brasil em iniciar o tráfico negreiro de forma intencional, mas, antes de mais nada, a nação seria tão vítima quanto os próprios africanos uma vez que herdaram do modelo colonial europeu esse fardo.

O argumento era muito simples e claro, Alencar apontava as contradições dos europeus, chefiados pela Junta Francesa de Emancipação, em clamar pela liberdade dos africanos e ao mesmo tempo se beneficiar, direta e indiretamente, de todos os benefícios possíveis que o modelo escravista tinha a oferecer no que diz respeito aos bens de consumo.

Bem o sabeis, senhor. Da Europa e, com especialidade de Inglaterra, França e Alemanha, tão abundantes de filantropos como de consumidores dos nossos produtos. Não fomos nós, povos americanos, que importamos o negro de África para derrubar as matas e laborar a terra; mas aqueles que hoje nos lançam o apodo e o estigma por causa do trabalho escravo. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 306)

A narrativa tinha em mente desvelar os acenos que o governo imperial estava dando à sociedade europeia. Continuava atacando “o filantropo europeu” que “entre a fumaça do bom tabaco de Havana e da taça do excelente café do Brasil” ignora a origem desses produtos e “em suas utopias humanitárias” acaba atacando o Brasil com “injúrias pelo ato de manterem o trabalho servil” e, por fim, acaba concluindo sua retórica provocativa, com a intenção de levar as paixões políticas para outro local com a pergunta: “Mas por que não repele o moralista com asco estes frutos do braço africano?” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 307 e 308).

Sua narrativa insistia em destacar os numerosos “cortejos” realizados pela coroa à opinião europeia, com o intuito de incluir na pauta parlamentar a discussão sobre a emancipação como “questão máxima do dia. Logo, considerava ilegítima a interferência estrangeira, incapaz de levar em conta o aspecto temporal inicial da construção do estado nacional brasileiro e discordava da intromissão de outros países nessa questão, apontando que seus discursos em favor da libertação dos escravos no Brasil não tinham legitimidade. (FERREIRA, 2021, p. 15)

Por fim, decide colocar em termos a indignação com a cobrança, da opinião europeia, de forma quase jocosa e provocativa. Erasmo busca convencer que o mais esclarecido dos espíritos emancipacionistas seria incapaz de abdicar dos seus privilégios em prol da libertação humana. Conclui da seguinte forma:

Em sua teoria, a bebida aromática, a especiaria, o açúcar e o delicioso tabaco são o sangue e a medula do escravo. Não obstante, ele os saboreia. Sua filantropia não suporta esse pequeno sacrifício de um gozo requintado; e, contudo, exige dos países produtores que, em homenagem à utopia, arruinem sua indústria e ameacem a sociedade de uma sublevação. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 307)

Célia Maria Marinho de Azevedo resume bem aquilo que poderíamos considerar como pensamento político reformador daquele momento. Para ela

“É que, ao invés de simplesmente constatar aquilo que já era secularmente de senso comum — a inferioridade de negros e mestiços — e passar em seguida a tratar de sua incorporação social, estes reformadores tentaram compreender o que reconheciam como diferenças raciais e a partir daí derivar suas propostas [...]A implicação disto é que a idéia da inferioridade dos africanos, vista até então em termos do seu “paganismo” e “barbarismo” cultural, começou a ser revestida por sofisticadas teorias raciais, impressas com o selo prestigioso das ciências. Em decorrência, ao assumirem a idéia da inferioridade racial de grande parte da população brasileira, estes autores inclinaram-se a tratar da transição para o trabalho livre quase que exclusivamente do ângulo do imigrante, já que consideravam negros e mestiços incapazes de interiorizar sentimentos civilizados sem que antes as virtudes étnicas dos trabalhadores brancos os impregnassem, quer por seu exemplo moralizador, quer pelos cruzamentos inter-raciais. (AZEVEDO, 1987, p. 61 e 62)

Em resumo, Alencar encerra sua apresentação com um apelo à situação nacional que, segundo ele, não dispunha de força produtiva suficiente. “A velha preocupação com a ausência de um povo e a heterogenia sócio racial ganhou novos contornos” (AZEVEDO, 1987, p. 61) na medida em que o projeto imigrantista começava a se consolidar no debate público.

Pesa ainda sobre esta situação grave um fato. A pequena lavoura não se desenvolveu em nosso país. Circunstâncias peculiares à agricultura brasileira, exigindo forças consideráveis para o roteio e amanho da terra, obstaram a exploração do solo por capitais diminutos. Os principais ramos de nossa produção, aqueles que provêm quase exclusivamente do braço escravo, saem dos grandes estabelecimentos rurais, engenhos ou fazendas. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 303)

iv – Emancipação x Abolição

A segunda metade da década de 1860 e os anos iniciais da década de 1870 foram um período de intensos debates sobre os rumos que o Brasil poderia tomar a partir do encaminhamento do problema do escravismo. A Guerra do Paraguai direcionava-se para o seu término e aumentava a pressão externa sobre o Imperador por parte das sociedades emancipacionistas e abolicionista.

Há, assim, tentativa de compreender o debate sobre o elemento servil, as disputas sobre a manutenção ou ruptura da instituição escravista na esteira dos eventos revolucionários dos africanos e seus descendentes em São Domingos, culminando no massacre da população branca de senhores de escravizados. O medo, como já pontuamos, perpassava o discurso alencariano.

O liberto por lei é inimigo nato do antigo dono; foge a casa onde nasceu. O ódio da raça, que se havia de extinguir naturalmente com a escravidão, assanha-se ao contrário daí em diante. Tal será a sua ferocidade que uma casta se veja forçada pelo instinto da conservação a exterminar a outra (ALENCAR, 2009 [1865], p. 329).

Diversos autores se dedicaram a estudar o período e tecer linhas para buscar compreender o papel do Parlamento neste processo, destacando-se a pesquisa feita por Célia Maria Marinho de Azevedo, referência nos estudos sobre o período ao contribuir na concepção da “onda negra, medo branco”. A autora direciona a questão para algo que gira em torno do processo que poderia utilizar para pensar a liberdade.

Em fins da década de 1860 e início da de 70, com o reconhecimento oficial de que a extinção da escravidão era apenas uma questão de forma e oportunidade, a inclusão da emancipação entre as reformas pretendidas pelos radicais do Partido Liberal e a decretação da Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871), abre-se um período que se caracterizou pela propaganda abolicionista propriamente dita. A princípio desenvolvida na imprensa, em tribunas parlamentares e conferências de salão, esta propaganda restringia-se praticamente aos limites estreitos da diminuta elite brasileira. (AZEVEDO, 1987, p. 88)

Um novo momento na política imperial iniciava-se com o acirramento dos debates em torno da abolição, ou pelo menos da emancipação do elemento servil. Podemos identificar duas vertentes distintas neste jogo difuso de interesses, os emancipacionistas e os abolicionistas. Reconheço os grupos sociais, a partir desses termos, com base em historiografia clássica, como a pesquisa de Célia Maria Marinho de Azevedo (1987), e em pesquisas mais recentes, como o de José Maia Bezerra Neto (2018), convergindo em torno de termos que compreendo desta forma.

Podemos caracterizar os dois grupos de forma sintética da seguinte forma. Os emancipacionistas eram o grupo no qual, direta ou indiretamente, via-se a incapacidade de seguir com escravidão e reconhecia a necessidade de acabar com a instituição, em algum momento impreciso no futuro; podiam até criticar o escravismo, mas não se movimentavam em favor do fim imediato. Já o grupo dos abolicionistas eram aqueles que, direta ou indiretamente, trabalhavam pela libertação de todos os escravizados de uma forma imediata, ou indicavam um caminho para esse fim.

Porém, reconhecemos que em virtude da própria complexidade das dinâmicas sociais, há uma impossibilidade em criar categorias fechadas que deem conta da totalidade dos sentidos que a prática demonstrava. Podemos afirmar que as “diferenças entre ser emancipador e ser abolicionista foram sendo delineadas ou demarcadas de forma mais clara no tocante ao respeito à propriedade escrava e ao gradualismo no desmonte do regime social da escravidão” (NETO, 2018, p 258).

O autor resume a dinâmica dos grupos, com base em suas particularidades e reflete sobre as aproximações e afastamentos que caracterizavam os grupos em disputa da seguinte forma:

“Não querendo dizer que abolicionistas e emancipadores fossem feito água e óleo, nem que fossem blocos sempre em oposição e homogêneos entre si, pois havia diversidade entre eles. Daí, a opção abolicionista imediatista de abolição para todos os cativos de uma só vez sem indenização, desconhecendo a propriedade escrava como um direito, opondo-se à perspectiva do gradualismo emancipacionista, foi posição construída ao longo da década de 1880, ainda que não fossem todos os abolicionistas partidários dela, da mesma forma que nem todos os emancipadores defendiam o imobilismo em torno da Lei do Ventre Livre (NETO, 2018, p. 258).

E finaliza o seu raciocínio pontuando que

a defesa da abolição imediata e sem condições, denunciando a propriedade escrava como roubo, indicava uma nova forma de ser abolicionista que, não tolerando a escravidão, não admitia ser ou continuar sendo dono de escravos, distintamente dos emancipadores (NETO, 2018, p. 258).

A liberdade do sujeito escravizado era, em linhas gerais e da forma mais genérica possível, o objetivo comum dos dois grupos políticos. Havendo diversas singularidades que distinguiam os dois, no que diz respeito à forma e o conteúdo de sua mensagem, o propósito central da discussão era a liberdade da população que era escravizada. O fim era o mesmo, mas os caminhos possíveis divergiam significativamente.

Embora, os objetivos finais do movimento abolicionista e dos vários personagens que defendiam a emancipação como alternativa fossem minimamente semelhantes, compreender como se daria esse processo é crucial para o projeto de país que se almejava. A luz que parecia brilhar no horizonte, a partir das *Cartas de Erasmo*, era da desestruturação do escravismo na sociedade brasileira.

A liberdade dos negros era o *tópos* do momento, mas compreender como os discursos se organizavam para esse fim torna-se importante na medida em que nos permite entender o papel dos homens e mulheres escravizados nesse processo do fim da escravidão. Alencar se coloca nesse debate como um porta-voz dos interesses nacionais, argumentando na diferenciação do trabalhador fabril europeu do escravizado brasileiro.

“Antes de qualquer consideração, não se esqueça a natureza da escravidão em nosso país, tal como a fizeram, acinte da lei, os costumes nacionais e a boa índole brasileira. A condição do nosso escravo, comparada com a do operário europeu, é esmagadora para a civilização do Velho Mundo” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 322).

Logo, estudar de modo aprofundado a dialética entre abolição e escravidão é indispensável para a compreensão mais abrangente da dinâmica social do movimento de resistência e do contra movimento durante o segundo reinado. A liberdade concedida ou a liberdade conquistada eram as duas grandes proposições no momento.

A questão racial, então, está exposta de forma incisiva na medida em que se reconhece que a escravidão precisava acabar, mas não havia um esforço pelo debate ou discurso pelo fim da instituição escravista imediato ou gradual. Projeta-se a emancipação negra através do fim do elemento escravizado no Brasil em um reducionismo pouco claro e bastante simplório, mas ainda assim violento de que não havendo negros no país, não há como continuar existindo a escravidão. Maria Clara Sales Carneiro Sampaio (2018) trata das singularidades que envolviam as relações raciais no Brasil e nas Américas a partir da lógica reprodutiva do trabalho, pontua ela que

O caso do Brasil é único porque provoca a problematização do papel que a “harmonia” racial ocupa nos discursos em outros lugares. Destarte, essa perspectiva permite observar não só as diferentes formas que a dicotomia construção nacional *versus* classe trabalhadora toma em diversos lugares nas Américas, mas principalmente o que se espera e como concilia o conteúdo racial dessas classes trabalhadora (SAMPAIO, 2018, p. 417).

Contudo, os proprietários de pessoas escravizadas pautavam o debate e eram os alvos dos dois grupos que queriam persuadir das suas ideias. Ou melhor, os grandes proprietários que eram o alvo em virtude de serem aqueles que detinham poder político e capital suficiente para se fazerem ouvidos e relevantes naquele momento e, de forma bastante direta, pressionar a opinião pública em favor da manutenção das relações senhoriais. Maria Helena P. T. Machado e Flávio Gomes (2018) colocam a relação pretendidas como conservação das dependências em um mundo pós-emancipação, isto é:

convivência de formas complexas de dependência, formalmente voltadas para a aquisição da liberdade – mas gerando, momentaneamente, relações de dependência mais brutais que as próprias relações escravistas (GOMES & MACHADO, 2018, p. 22).

Assim sendo, os grupos que se organizavam em prol do alargamento das manumissões até alcançar a plenitude dos escravizados, em um primeiro momento, não tomavam decisões mais enérgicas e centrais de transformação do sistema. Detiveram-se, assim, a promover a liberdade de forma gradual e lenta em um período de tempo distante e somando a isso a obrigação de prestação de serviços aos antigos donos, podendo levar até anos para esse processo.

Para alcançar esta libertação final do negro escravizado, ele propunha um “modo hábil”, que se resumia a um lento caminhar do africano rumo à liberdade, sempre sob as rédeas curtas do branco redentor (AZEVEDO, 1987, p. 54).

Se por um lado, os abolicionistas tinham o propósito, estabelecido desde que o movimento se estruturou na luta pelo fim da escravização, de reestruturar o quadro social a partir da condição própria existentes, mas sem ceder ao idealismo ilusório de uma revolução radical dos costumes sociais. Em síntese, o movimento era concebido como a luta ativa de libertação dos homens e mulheres negros de todas as idades de forma imediata e, concomitantemente, sua integração na sociedade na forma de ampliação de cidadania para essa massa populacional.

Por outro lado, o grupo político daqueles que poderiam ser considerados emancipacionista era composto por aqueles sujeitos que se diziam favoráveis a liberdade dos homens e mulheres escravizados, reconheciam a barbárie do processo violento do trabalho servil e eram contrários à conciliação deste modo de trabalho no Brasil enquanto construção moderna de país.

Entretanto, esse mesmo grupo, em uma espécie de malabarismo retórico e dialético, nos espaços públicos como jornais e no próprio Parlamento, construía linhas argumentativas que diziam algo enquanto faziam outra coisa. Pensava-se a liberdade do negro, mas a colocava o mais longe as condições materiais permitiam no horizonte histórico.

Devido a este caráter limitado de classe, que apenas muito timidamente ousava transcender os interesses escravistas, não se pode dizer que os abolicionistas se distinguissem essencialmente dos emancipacionistas, a não ser que, enquanto para estes bastava a lenta extinção do cativo, mediante a libertação do ventre escravo, aqueles pretendiam ainda um prazo fatal para este término (AZEVEDO, 1987 p.88).

José de Alencar, neste cenário, utiliza a figura de Erasmo para tentar defender suas ideias acerca da necessidade da manutenção, ou conservação do modo de produção vigente até aquele momento. Utilizando uma quantidade enorme de argumentos naquilo que Tâmis Parron (PARRON, 2008) chama de “cartas a favor da escravidão”, o autor dedica-se a performar no espaço público um posicionamento de muitas lideranças políticas naquele momento.

A discussão do Ventre Livre produziu a primeira justificativa explícita da escravidão no Segundo Reinado. No discurso eloquente de José de Alencar, a abolição poderia ocorrer sob duas formas: a desejável era a paulatina "revolução dos costumes", num processo de emancipação voluntária. Já a alternativa do gabinete Rio Branco era a revolução efetiva, com a desvantagem de ser a prazo (ALONSO, 2002, p. 82).

Observo que José de Alencar construiu toda sua linha argumentativa pautada na ingerência do Parlamento em tratar da questão da força de trabalho servil, isto é, não caberia à essa força política pautar o debate e tampouco se movimentar em favor de qualquer tipo de transição. Através de uma leitura atenta das fontes, pode-se perceber que, para o autor, a liberdade dos sujeitos escravizados se daria quase que magicamente na transformação do imaginário popular. Alencar argumentava que o fim do escravismo se daria a partir da mudança dos costumes de forma espontânea e sem nenhum tipo de força externa que impulsionasse esse processo. Dizia ele que:

A escravidão caduca, mas ainda não morreu; ainda se prendem a ela graves interesses de um povo. É quanto basta para merecer o respeito. No ténue sopro, que de todo não exalou do corpo humano moribundo, persiste a alma e, portanto, o direito. O mesmo acontece com a instituição: enquanto a lei não é cadáver, despojo inane de uma ideia morta, sepultá-la fora um grande atentado (ALENCAR, 2009 [1865], p. 283).

O comportamento geral, a partir de elementos intestinos da sociedade através do contato entre escravo e senhor, na construção de uma relação paternalista de dependência do primeiro grupo para com o segundo. Além disso, o deputado cearense trazia no seu discurso a questão da civilização do elemento africano a partir do contato com o distinto europeu “esclarecido”.

A liberdade concedida em virtude da interferência externa, isto é, da agência do governo imperial e do Parlamento ao elaborar regramento próprio que definisse limites e prazos, seria a catástrofe para a sociedade brasileira e, na tentativa de se fazer ouvido, atacava novamente as pretensões imperiais de conseguir ser bem-visto pelos olhos da sociedade europeia.

Libertando uma centena de escravos, cujos serviços a nação vos concedera; distinguindo com um mimo especial o superior de uma ordem religiosa que emancipou o ventre: estimulando as alforrias por meio de mercês honoríficas; respondendo às aspirações beneficentes de uma sociedade abolicionista de Europa; e finalmente reclamando na fala do trono o concurso do poder legislativo para essa delicada reforma social; sem dúvida julgais ter adquirido os foros de um rei filantropo (ALENCAR, 2009 [1865], p. 280).

Entretanto, o autor entendia essa proposição perigosa em virtude do grande número de negros na sociedade, temendo uma insurgência por parte daquele que eventualmente ficassem de fora do escopo da legislação em questão; no caso a Lei do Ventre Livre, quando participa ativamente contra a tramitação da mesma.

Se por um lado objetivava-se abolir a escravidão para conciliar as classes, por outro lado, a abolição podia (e devia) ocorrer dentro dos quadros estritos do parlamento, uma vez que o estado de harmonia racial vigente possibilitava uma transformação pacífica, ao contrário dos violentos eventos norte-americanos (AZEVEDO, 1987, p. 92).

A tese alencariana, pautada nos sentimentos dos seus interlocutores, usurpa a consciência da população nos assuntos de extrema importância e os direcionam rumo a um caminho de ódio no qual ele se coloca como representante dessa nova realidade possível de construção, ou de conservação. O autor, através de Erasmo, constrói um projeto que deveria extinguir o elemento negro, ou amalgamá-lo de forma pacífica a fim de evitar os levantes revolucionários como no Haiti.

Os sujeitos da indignação ousam, então, tomar a palavra em seu próprio nome. Enquanto as autoridades tradicionais conclamam à renovação das emoções legítimas valendo-se da linguagem imposta, os inovadores falam por si próprios e a partir de sua revolta. O movimento de cólera associa-se à tomada da palavra, ao direito de discussão e de julgamento pessoal, e à redefinição do eu no interior do sistema político (ANSART, 2019, p. 159 e 160).

Marcado por intensos debates políticos, a década de 1870 iniciou-se com enorme aflição e inquietação dos grandes fazendeiros, em sua grande maioria escravizadores tendo em vista que o debate sobre a emancipação dos escravizados tomava uma nova dimensão. Com o fim da Guerra com o Paraguai, o cenário político brasileiro enfrentava um novo espectro que ameaçava as relações sociais pautadas pela escravização, na sociedade oitocentista.

A tramitação da legislação referente à libertação dos filhos de mães escravizadas, ou, no desnecessário tom alarmista de Alencar, “pretende-se legislar sobre o desconhecido, absurdo semelhante ao de construir no ar, sem base nem apoio” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 301).

A intensa efervescência política, marcou os acalorados debates que polarizaram a sociedade brasileira. De um lado, os homens e mulheres que lutaram contra a perpetuação da escravidão e rompimento imediato com o modelo socioeconômico e político e, do outro lado, aquela mesma burguesia escravista, apresentada como o grupo que se beneficiava duplamente pela manutenção da instituição no país, que utilizou do Parlamento como seu balcão de negócios e da imprensa, como sua ferramenta panfletária.

A década de 1870 inaugurava-se, portanto, em um clima de apreensão por parte dos proprietários de escravos e renovado entusiasmo dos que lutavam pela emancipação dos escravos. A crise política desencadeada pela queda do Ministério Liberal, em 1868, agira como elemento catalítico. Os debates travados na Câmara e pela imprensa em torno da Lei do Ventre Livre fizeram da emancipação dos escravos uma questão nacional (COSTA, 2008, p. 49).

A questão para Alencar perpassou, inicialmente a figura do imperador e sua pretensão de alcançar status distinto na comunidade europeia, através de uma

“admiração pródiga e inexaurível”. José de Alencar utiliza um certo tom sarcástico ao se referir às pretensões de Pedro II em pautar a questão da libertação do negro, no Brasil, dizia ele que o “estrangeiro vos proclama um dos mais sábios e ilustres dos soberanos” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 277), mas que aquilo não tinha um significado e importância na medida em que colocaria em risco a posição brasileira no cenário econômico.

Não tardará o desengano. Libais agora as delícias da celebridade: breve sentireis o travo da falsa glória. Há de causar-vos nojo, então, esta fútil celebridade que a moda distribui a esmo por quaisquer novidades artísticas (ALENCAR, 2009 [1865], p. 277).

Por fim, o autor retoma a ideia de que a “abolição gradual é mais nociva do que a abolição instantânea” na medida em que se fazia necessário permanecer com o mesmo modelo produtivo e social. Alencar tinha em seu discurso a ideia principal do seu partido político, o princípio conservador. Compreendia outras formas de eliminar a questão dos negros no país e alertava o “perigo, e perigo sério, mas rápido, passageiro” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 329) de continuar com os debates em torno da liberdade dos homens e mulheres negros de forma imediata.

CAPÍTULO III – “sobre os caminhos possíveis para a cidadania”

i – a questão da emancipação legal

Compreendendo o papel que os projetos abolicionistas e emancipacionistas tinham na perspectiva alencariana, nos anos que antecedem o debate acerca da Lei do Ventre Livre, resta compreender a dimensão simbólica da sua visão de mundo. A questão máxima do dia, a liberdade dos homens e mulheres escravizados, deveria ser tratado, para José de Alencar, levando em consideração alguns aspectos que reverberam em um projeto nacional. O final do conflito impeliu os debates, "uma exigência imperiosa e urgente da civilização, desde que todos os Estados aboliram a escravidão, e o Brasil é o único país cristão que a mantém" (ALONSO, 2002, p. 73).

Os projetos nacionais em disputa tinham um elemento em comum, como apontado por Ricardo Tadeu Caires Silva (2018), a manutenção da ordem em face das possíveis agitações que a libertação dos homens e mulheres negras teriam. Para o autor:

Quer fossem liberais ou conservadores – era consorte na ideia de que a escravidão devia ser extirpada da sociedade brasileira e que isso deveria acontecer de forma ordeira e pacífica, sem grandes abalos sociais e econômicos para o país (SILVA, 2018, p. 297).

A gradual libertação direcionada pelo Imperador, pressionado pela Junta de Emancipação em França, era a demanda suprimida pela Guerra do Paraguai. Findado o conflito bélico, retorna aos holofotes a emancipação das crianças nascidas de mães escravizadas.

A abolição da escravidão no Paraguai como fecho do conflito e a aliança com a República da Argentina seriam amplificados na Corte no ano em que se criava um partido republicano e se propunha a emancipação dos Escravos (ALONSO, 2002, p. 91).

Detentor de um vasto repertório retórico, no que diz respeito a defesa de seus interesses, Erasmo utiliza novamente um ataque direcionado ao soberano, ou mais especificadamente à suas ambições. Pode-se observar que Alencar compreendeu as intenções do Imperador ao colocar como pauta do dia, em sua Fala do Trono de 1867, como um aceno em direção àquilo que em outro momento chamou de filantropia. Dizia ele que

Já se foi o tempo em que os povos eram instrumento na mão dos reis, que os empregavam para obter a satisfação de suas paixões e a conquista de um renome vão. Agora que as nações se fizeram livres e de coisa maneável se tornaram em vontade soberana; são elas próprias a mais generosa ambição e a glória excelsa para os monarcas. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 279)

Décadas antes, os primeiros ideários da monarquia e da independência, como vozes isoladas naquele momento, debatiam ideias que conciliassem o interesse nacional, enquanto nação moderna, com a necessidade produtiva. O modo de produção e a mão de obra empregada era motivo de reflexão durante todo o período imperial, como nos mostra Emília Viotti da Costa (2008).

Apesar de suas críticas à escravidão, nem José Bonifácio, nem Maciel da Costa chegaram a propor a abolição imediata. Ambos consideravam a emancipação dos escravos uma questão delicada e difícil de ser resolvida. Ambos argumentavam que, para que a abolição pudesse ser decretada, era preciso, primeiro, tomar medidas que facilitassem a transição do trabalho escravo para o trabalho livre (COSTA, 2008, p. 19).

Entre o final da década de 1860 e os anos iniciais da década subsequente, momento de tramitação e aprovação da Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871 a Lei do Ventre Livre, há um acirramento das disputas políticas em torno de como se deveria correr esse processo. Como abordado no capítulo anterior, a forma como se pretendia dispor sobre a liberdade do sujeito escravizado ditava, direta ou indiretamente, o papel social desempenhado naquela sociedade.

O momento, ímpar na conjuntura brasileira, marcou-se como aquele no qual os nobres deputados, tanto do espectro conservador quanto do liberal, produziram abertamente um discurso em favor da escravidão. Se no texto constitucional não havia menção à instituição fundante do país, os nobres parlamentares irão, a partir desse momento, produzir e reproduzir suas ideias no seio da opinião pública. Para, Alencar, iniciara-se “uma calamidade” na “ideia política”, na medida em que “dissecaram uma víscera social para atar a maioria”, ou controlar os ânimos. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 280)

A discussão do Ventre Livre produziu a primeira justificativa explícita da escravidão no Segundo Reinado. No discurso eloquente de José de Alencar, a abolição poderia ocorrer sob duas formas: a desejável era a paulatina "revolução dos costumes", num processo de emancipação voluntária. Já a alternativa do gabinete Rio Branco era a revolução efetiva, com a desvantagem de ser a prazo: uma arma perigosa que se forja para os ódios, as intrigas e malquerenças das localidades; e com a qual se há de violar o asilo do cidadão, perturbar a paz das famílias, e espoliar uma propriedade que se pretende garantir. A liberdade do ventre essa, senhores, é iníqua e bárbara. (ALONSO, 2002, p. 82 e 83)

Os dois projetos em trâmite no Parlamento desbocam na ideia, aprofundada posteriormente, do trabalho enquanto elemento de junção e coesão da própria nacionalidade brasileira. Podemos dizer, com base no argumento alencariano nas *Cartas de Erasmo*, que a liberdade concedida presente no projeto emancipacionista conservava o poder senhorial, mesmo após a liberdade com a formação do trabalhador x-escravizado, ampliava o controle social e a possibilidade da coerção em um cenário sem escravismo e, por fim, prolongava o projeto de higienização da população com base na assimilação do negro por meio da miscigenação e do estímulo à imigração europeia.

O dissenso que surgiu advindo do projeto emancipacionista colocou em conflito a necessidade de consolidação das instituições no pós-guerra na medida em que abolido a escravidão no Paraguai, ampliava-se a inquietação e indignação do nacional que, retornando da guerra, encontrava os seus iguais em estado de coisa na tutela senhorial. As reformas sociais surgiriam como uma alternativa para a possibilidade de uma revolução; a elite não temia, necessariamente, um conflito como haitiano, mas algo tão violento que abalasse com suas lógicas de poder.

Neste contexto, surgem, então, uma espécie de tática em camuflar o discurso em prol da continuidade da escravidão como algo mais ameno, brando e discreto. Em outras palavras, o discurso girava em torno de uma emancipação que viria em algum momento do futuro capitaneada seja pelo desejo e benfeitoria senhorial, ou então pelo cumprimento de suas funções laborais de desenvolvimento econômico. A tônica do discurso residia na jurisprudência, dedicavam-se a elencar razões e fundamentos que a existência do ser humano de direitos inatos e que se deveria respeitar; no caso dos senhores, nunca dos escravizados.

Nessa geração contínua das leis, criaturas do direito, a ideia que nasce tem como o homem uma vida sagrada e inviolável. Truncar a existência do indivíduo animal é um homicídio; suprimir a existência do indivíduo espiritual é a anarquia. Crime contra a pessoa em um caso; crime contra a sociedade em outro. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 282)

Observando atentamente as querelas entre conservadores e liberais, pode-se encontrar diversas nuances que aproximavam os grupos, em pautas comuns, ou invertiam o jogo nos interesses próprios e históricos de cada partido. Angela Alonso (2022) se dedicou a estudar as nuances do movimento que ela chamou de geração de 1870 na esteira das reformas sociais. Não pretendo explorar esse fecundo campo, reconhecendo que o enfoque em José de Alencar é uma alternativa mais singular de compreender os argumentos da defesa da escravidão, vitoriosos no debate em torno da abolição, conquistada apenas 18 anos após as disputas pela libertação do Ventre. Alonso escreveu que

A reação de liberais e emperrados era contra a reforma em si que, atentando contra o fundamento da propriedade, atentava em cadeia contra todo o sistema econômico, mas era também contra o modo como se reformava. Chamando sobre si o protesto combinado das duas pontas do espectro político, o projeto emancipacionista explicitava a partilha dos valores fundamentais entre liberais e conservadores. O preço da ordem era a imobilidade. (ALONSO, 2002, p. 83)

À vista disso, compreende-se que a discussão estava sendo direcionada para a prática política, esvaziada de sentido e que, no limite da atuação, reproduzia a tese vigente. A imobilidade de se legislar em cima da escravidão, mas sem nunca a tocar efetivamente, ou chegando próximo da questão trazia-se novas ferramentas que prolonguem o suplício.

Para Erasmo, a escravidão se fazia forte tendo em vista que tinha seu valor e sua validação legal, funcionando quase como um sujeito de direito. “Não houve necessidade de derogar a instituição; ainda a lei permanecia, que já o fato desaparecera completamente” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 290). O intuito, podemos observar, era a transformação do imaginário popular, revolução dos costumes e, no fundo, suplantando o elemento negro e cooptando sua força por meio da mistura das raças. Observo no discurso alencariano uma intencionalidade em encaminhar esse processo

como mecanismo de transformação dos grupos presentes na sociedade brasileira. Para além daquilo que identifiquei como defesa da imigração, neste processo, o autor trabalhava com essa chave discursiva que pensava a respeito de suplantar o negro através do casamento com o branco. Manifestava seu projeto da necessidade da transição alhures ao âmbito legal.

Este processo de transformação socioeconômica pretendida por Erasmo tinha caráter estrutural naquilo que, estudado por Dayane Façanha (2017), repercutia na fabricação do país através da literatura. O manifesto direcionado ao imperador, ou, como escolheu chamar Tâmis Parron, as cartas em favor da escravidão pretendiam-se como elemento modificador das dinâmicas sociais e alocação dos recursos humanos em prol da elite agrária, burguesia campestre, como fruto do movimento intelectual naquele momento.

O movimento intelectual, no qual Alencar perfumava como um dos mais combativos representantes, não tinha em si uma característica doutrinária. As concepções disponíveis na sua produção era aquela baseada na realidade brasileira, não preponderava a ideia de fabricação de uma teoria exógena, ou universal e aplicar na sociedade.

Assim, tampouco funcionavam como unidade coesa no que diz respeito ao movimento político, nem mesmo comparando a própria produção como é o caso de Alencar; há a impossibilidade de tecer um pensamento “alencariano” em si mesmo em face das contradições internas que refletem a externalidade da realidade. Neste sentido, para o movimento intelectual, o escravismo ainda tinha utilidade.

Esse elemento importante da civilização americana, que serviu para criá-la e a nutriu durante três séculos, já consumou sua obra? É a escravidão um princípio exausto, que produziu todos os seus bons efeitos e tornou-se, portanto, um abuso, um luxo de iniquidade e opressão? (ALENCAR, 2009 [1865], p. 293)

Este processo de transformação socioeconômica pretendida por Erasmo tinha caráter estruturante no qual buscava retirar a participação ativa dos grupos nacionais escravistas na própria escravização; isto é, mascarar os verdadeiros responsáveis por meio de uma estratégia retórica. Erasmo fez questão de, ao tratar com o imperador,

apontar o dedo para a Europa e acusar a contradição de cobrar pela abolição após implementar esse modo de produção no país.

Com efeito, quem manteve a escravidão no Brasil desde a nossa independência? Quem desenvolveu o tráfico depois de 1835? Quem, especialmente depois da extinção daquele comércio ilícito em 1852, conservou o trabalho escravo em nosso país? A Europa, e somente a Europa (ALENCAR, 2009 [1865], p. 320).

Em suma, podemos compreender de José de Alencar, a partir das *Cartas Políticas de Erasmo*, um esforço em manter a escravidão compreendendo como estágio para a substituição do trabalho escravo para o trabalho livre, composto de pessoas “civilizadas”. Reconhecia a inescapável abolição, mas, como retórica discursiva, a situava num horizonte como questão que diz “respeito da forma e da oportunidade” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 326). No Parlamento, debatendo sobre a emancipação do ventre da mulher escravizada, ou um mecanismo por encerrar a reprodução da escravidão, o deputado lista outras demandas mais urgentes, em um discurso famoso naquele Parlamento.

“Senhores, há outras alforrias que seriam fatais, mas, ao contrário, úteis e proveitosas para o País e pelas quais o o Governo devia empenhar-se de preferência à do ventre. Tais são a alforria do voto, cativo do Governo; a alforria da justiça, cativa do arbítrio; a alforria do cidadão, cativo da Guarda Nacional e, finalmente, Senhores, a alforria do País, cativo do absolutismo, cativo da prepotência do Governo pessoal. Mas essas emancipações não têm em seu favor as declamações da filantropia europeia; são necessidades vitais do País e não cortejos à opinião estrangeira! Esses interesses máximos do País não têm uma voz francesa dizendo a alguém: “Senhor, por este ato vosso nome adquirirá uma fama imperecível” (ALENCAR, 1977, p. 226 e 227)

Como escreveu nos momentos finais do conflito com o Paraguai, pontuava “a medida não será instantânea, porém gradual e a longo prazo” pois “a substituição do trabalho servil pelo trabalho livre se realiza proporcionalmente; à medida que um se retrai, o outro se dilata” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 326). Por fim, apontava que

A única transição possível entre a escravidão e a liberdade é aquela que se opera nos costumes e na índole da sociedade. [...] adoça o

cativeiro; vai lentamente transformando-o em mera servidão, até que chega a uma espécie de orfandade. O domínio do senhor se reduz, então, a uma tutela benéfica (ALENCAR, 2009 [1865], p. 328)

ii – substituição da força de trabalho

O modo de produção brasileiro era a pauta do momento no período da década de 1860 e 1870. Adjunto do fim da Guerra do Paraguai e as pressões acerca do encerramento da escravidão, questionava-se o que fazer com aquela massa negra de trabalhadores escravizados e como realizar uma transição segura da mão de obra escravizada para a assalariada.

“Enquanto membros do partido Progressista menos relacionados com a produção rural pleiteavam o fim do trabalho cativo no país, o mesmo não seria válido para alguns dos proprietários de terras que ingressaram na Liga. (FREITAS, 2018, p. 69)

A força produtiva estrangeira, compreendida aqui como os sujeitos que tem em si o atributo inato da liberdade e advém de regiões que não sejam a África ou sejam seus descendentes, desempenhava um elemento que deveria chamar atenção do debate público no qual Alencar se insere.

No fim das contas, o grande momento de ruptura dentro dessas camadas proeminentes, ligadas aos elementos “ilustrados” que participaram da política institucional, será presenciado no processo relativo ao fim da escravidão, forma de trabalho que não apenas figuraria como um sustentáculo constante do Estado nacional, mas que também seria indissociável da gênese e do desenvolvimento do Império do Brasil. (FREITAS, 2018, p. 69)

O trabalhador europeu assalariado, acabava sendo um ponto de inflexão na conjuntura na medida em que “greves e atos de insubordinação tomavam a tão propalada superioridade do trabalho livre sobre o escravo, ou do trabalhador branco sobre o negro, uma quimera de mau gosto” (AZEVEDO, 1987, p. 123). Observando o discurso alencariano, conseguimos perceber uma tentativa de traçar a gênese do processo produtivo brasileiro.

O autor remete aos primeiros esforços do colonialismo português em solo brasileiro ao tratar da questão indígena. Argumenta ele que “o escravo era um instrumento indispensável” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 291), perspectiva que corrobora com o consenso histórico de que “muitos dos indígenas que ocupavam as terras foram dizimados por doenças trazidas pelos portugueses ou escravizados, e

vários dos que sobreviveram às doenças se embrenharam no interior do país” (VENTURA, 2018, p. 9). Esse pensamento revela a lógica brutal do genocídio indígena operado quase que sistematicamente no processo de consolidação nacional.

A escravização dos indígenas e sua relação com a produção e reprodução do modelo produtivo socioeconômico brasileiro, mesmo após a independência em 1822, é tema importante na produção alencariana e pouco estudada, carecendo de pesquisa minuciosa no que diz respeito aos seus romances indigenistas se compreendidos dentro do cenário de fabricação de um passado para a nação. A faceta do político e escritor cearense, adjunto da sua ânsia de regulador nacional, no que diz respeito à questão do nativo, não será abordado na medida em que se respeita a profundidade do assunto.

Sobre a necessidade de produzir na terra recém invadida, Alencar expõe que se tentou utilizar a força dos nativos, em um primeiro momento.

“Tentaram supri-lo com o índio; este preferiu o extermínio. Quiseram substituir-lhe o galé; mas já civilizado, o facínora emancipava-se da pena no deserto, e fazia-se aventureiro em vez de lavrador” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 291).

Contudo, pontuava o processo de fuga para as florestas e a dificuldade em sobrepor o indígena no próprio território. Para ele a “conquista de um país”, ou até mesmo a invenção de um estava pautada no “extermínio da população indígena” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 289). Conjuntamente à utilização da mão de obra escravizada indígena, a colonização europeia fez uso das mãos e dos corpos dos africanos para construir cidades, criar mercados e fazer riqueza.

“os negros, assim como os indígenas, apresentaram alta mortalidade, o que implicou um ininterrupto e crescente tráfico de novas peças para o país. Ele acrescenta dados sobre a lucratividade do comércio internacional que se realizou com a compra e venda de escravos no continente americano, afirma ainda que foram os lucros desse comércio que possibilitaram os capitais necessários à Revolução Industrial”. (VENTURA, 2018, p. 10)

Em linhas gerais, podemos afirmar categoricamente que a dialética do modo de produção escravista estava intrinsecamente ligada ao capitalismo em seus

princípios e métodos. O ganho líquido em cima do trabalho bruto do outro era um mecanismo lucrativo e interessante no colonialismo europeu. “A escravidão no Brasil relaciona-se com o capitalismo comercial exercido pelas metrópoles, que ganhavam duplamente com o escravo: ao comerciá-lo e ao usufruir o fruto de seu trabalho” (VENTURA, 2018, p.15).

Não bastassem os perigos representados por este temível inimigo domiciliar, havia ainda a imoralidade com que os cativos impregnavam a sociedade. [...] O “mau exemplo que os escravos oferecem diariamente por seus vícios” explicava-se pelo “estado de coação, violência e miséria” em que viviam (AZEVEDO, 1987, p. 42)

Alencar construiu seu argumento, como tratado anteriormente em outro capítulo, com base numa justificação da necessidade da força produtiva na construção nacional conjuntamente ao medo da contaminação que o negro poderia implicar na sociedade. Buscando responder às questões iniciais relativas ao modo como o autor compreendia o fenômeno do trabalho, em sentido amplo, e como se articulava essa dinâmica com as contradições brasileiras escravistas e a busca pela modernização, pode-se situar o debate no campo político.

Eis a necessidade implacável que suscitou neste continente o tráfico africano. Vinha muito a propósito parodiar a palavra celebre de Aristóteles: “Se a enxada se movesse por si mesma era possível dispensar o escravo.” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 292)

A retórica apelava para as mais “bárbaras instituições” que tiveram suas origens na prática social e “foram respeitadas por nações em virtude não somenos às modernas” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 284). A necessidade de manter as forças produtivas apesar da suposta transição de trabalhadores, discutida em face da inadequação da escravidão em vista dos novos paradigmas, estava justaposta à toda e qualquer ideia que mudança do *status quo* naquele momento. Podemos refletir na ideia, exposta por Célia Maria Marinho Azevedo (1987), de que a necessidade de formar uma “nação homogênea” (AZEVEDO, 1987, p. 43) era a questão chave no modo de produção no qual Alencar se referia nos diferentes espaços públicos.

Como tratado na sessão anterior, o distinto autor das *Cartas*, em razão dos debates em torno da Lei do Ventre Livre, utilizou-se do pretexto da necessidade de

manter alguma espécie de força produtiva apesar de acabar-se com o trabalho forçado por meio da escravização, do medo em torno da emancipação e dos verdadeiros problemas que deveriam ser tratados no país antes de começar a tocar na ferida aberta do escravismo. Apesar da “influência do Cristianismo” que, dentre os vários problemas da violência, acabou que “adoçou a escravidão” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 286) em uma espécie quase de fraternidade na qual o negro é explorado.

Recorrendo ao exemplo das nações modernas, europeias, que “faziam sua força e serviam de músculo a uma raça pujante” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 284). Alencar mencionava “Espanha e Portugal” que tinham seus “escravos mouros” e que “já acostumadas”, mas também os bastiões iluminados do mundo, “Inglaterra, França e Holanda”, se beneficiaram da “da Nigéria” e “dos braços necessários” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 289) para o progresso e desenvolvimento industrial. Podemos inferir que o Brasil foi construído sob a aversão do trabalho que não seja escravizado. Como dito por Maria Domingas Pereira Ventura,

“desde a colonização até a abolição da escravidão no Brasil, o grosso do trabalho foi realizado por escravos, criou-se no país uma cultura que via o trabalho braçal como atividade não digna.” (VENTURA, 2018, p. 10)

O princípio norteador no discurso era muito claro e direto, apesar de contraditória e incompatível, criar uma nação moldada pelo trabalho mesmo que sujeitar-se ao trabalho braçal não fosse vista com bons olhos pela população. Erasmo compreendia essa contradição como uma “necessidade”, “mantido por tantos milênios” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 288) e que apenas por intermédio da coação e da força bruta poderia ser mantida, mas ainda assim necessária. O cinismo era tanto que ousava argumentar que “sem a escravidão africana e o tráfico que a realizou, a América seria ainda hoje um vasto deserto” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 289) intocado pelo colonialismo europeu.

É uma forma, rude embora, do direito; uma fase do progresso; um instrumento da civilização, como foi a conquista, o mancipio, a gleba. Na qualidade de instituição me parece tão respeitável como a colonização; porém muito superior quanto ao serviço que prestou ao desenvolvimento social. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 284)

O Brasil, nas pretensões alencarianas deveria se aproximar das “as origens do mundo” no qual a civilização, “no seu apogeu”, é fundamentada no desenvolvimento do “mercado”, mas que “na sua decadência” não passaria de “um produtor de escravos” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 286), o que explicita, se olharmos bem, o viés quase que racista do ensejo para *Erasmus*. Na narrativa, os países africanos estavam em decadência e, por isso era justificável a continuidade do modo de produção escravagista.

Não apenas isso, mas era necessário esse processo na medida em que era operacionalizado a salvação e inserção desses sujeitos no mundo mais civilizado na economia capitalista de mercado. Dizia ele que “toda a lei é justa, útil, moral, quando realiza um melhoramento na sociedade e apresenta uma nova situação, embora imperfeita da humanidade” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 284).

O flagelo de inúmeros africanos e seus descendentes era apenas questão colateral nesse fenômeno e que, substituí-los era necessário pois a escravidão, além de obstaculizar a modernização e industrialização da força produtiva, era um fator degradante para a própria elite imperial escravista que operava o sistema que se beneficiava para industrializar o país, como se verá na virada do século onde “o excedente econômico da economia cafeeira, gerado pelo trabalho escravo, foi utilizado para financiar a instalação de indústrias no sudeste do país” (VENTURA, 2018, p. 15).

A escravidão se apresenta hoje ao nosso espírito sob um aspecto repugnante. Esse fato do domínio do homem sobre o homem revolta a dignidade da criatura racional. Sente-se ela rebaixada com a humilhação de seu semelhante. O cativo não pesa unicamente sobre um certo número de indivíduos, mas sobre a humanidade, pois uma porção dela acha-se reduzida ao estado de coisa. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 284)

Reconhecia-se o processo de transformação do modo produtivo, iniciado na Inglaterra e espalhado pelos demais países, na medida em que “os povos caminham pela indústria” e a partir do esforço “das grandes nações civilizadas” que o progresso adentra no seio das sociedades brasileiras que, em virtude da abundância de trabalho escravizado em comparação com o trabalhador livre e assalariado, estão “imersas na primitiva ignorância” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 286). O cerne do projeto de transição

da força produtiva estava envolto na necessidade de controlar e, se possível, frear qualquer agitação da massa trabalhadora.

Os grupos que irão se formar, a partir da Lei do Ventre Livre, se organizam em prol da pacificação e consolidação da ideia das benfeitorias senhoriais e do fortalecimento do patrimonialismo pautada no latifúndio produtivo; uma economia presa aos campos e pouco industrializada, dependente do mercado europeu. A perpetuação dos privilégios da classe senhorial, enquanto permanecia a miséria e violência no meio da população negra na medida em que adquiriam liberdade.

Tudo se resumia, portanto, a um esforço decidido e sistemático da parte do Estado no sentido de educar, amoldar, civilizar, controlando e disciplinando o cotidiano dos governados a fim de que eles se tornassem efetivamente úteis ao país, partes integrantes e batalhadoras de uma razão nacional superior. Mas os reformadores que, sobretudo a partir dos anos 70, relacionavam o ócio da maioria da população pobre com a estrutura fundiária já não encaravam como tão direto e simples o percurso entre emancipação gradual e disciplinarização das vidas. Antes disso, havia uma importante premissa a ser discutida: a concentração da propriedade da terra em poucas mãos e o pouco incentivo ao trabalho disciplinado, regular e cumulativo que isto poderia representar para a maioria da população marginal e sem quaisquer recursos. (AZEVEDO, 1987, p. 49 e 50)

Em suma, podemos perceber que a segunda metade do oitocentos foi marcada pela reflexão sobre a troca da força produtiva no Brasil. Enquanto os esforços para frear a tramitação da emancipação aconteciam de um lado, o empenho por pautar o projeto de transição do trabalho assalariado acontecia do outro. Como pontuou “os sonhos tão longamente acalentados pelos imigrantistas — principalmente aqueles relativos à mera substituição do negro pelo branco nos grandes estabelecimentos rurais” (AZEVEDO, 1987, p. 105), iriam, no despontar da virada do século, se concretizar, mas não sem um longo debate sobre o processo e suas implicações no projeto nacional de acomodação e assimilação do africano.

iii – imigrantismo (escravidão x servidão europeia)

O debate sobre o fim da escravidão era acompanhado, como abordado anteriormente, das alternativas para migrar do modelo escravagista e inserir o Brasil na lógica europeia do assalariamento, do trabalho livre e, na medida do possível, transformar uma economia pautada na produção rural e campesina em um modelo fabril e industrial. José de Alencar se empenhou a tratar do assunto, embora não o faça diretamente como um tópico isolado da necessidade do trabalho e do trabalhador nesse processo, tangencia o assunto em sua defesa da reprodução do modo de produção.

Para além de sugerir novos caminhos possíveis, Erasmo desempenhou papel de deixar claro a ideia de que não há outra alternativa para além da escravidão. Mesmo dizendo que a “influência do Cristianismo adoçou a escravidão”, não podemos descartar a influência material de outras experiências, brutalmente antagônicas à “doçura” da escravidão tiveram no debate público. O discurso alencariano se encontra respaldado pelas intencionais escolhas de repertório disponíveis no momento.

“Um discurso, seja literário ou não, apresenta certa visão sobre como o autor vê o universo extraliterário do trabalho escravo e livre e o insere em sua obra. Todo discurso é mediado pelas condições históricas em que se insere, por isso, ele indica uma possibilidade de interpretação da sociedade, mas não sua totalidade.” (VENTURA, 2018, p. 17 e 18)

A busca por uma solução ao esgotamento do elemento servil, por meio emancipação ou abolição, e importação de mão de obra de outros locais se desenvolveu através e influenciado pelo movimento imigrantista. Uma vez que, olhando retrospectivamente, observamos a participação de parte da população pobre europeia que desembarcou em algumas províncias brasileira, o fenômeno se deu de forma muito complexa. Alguns historiadores dedicaram-se em tratar do assunto de forma aprofundada como foi o caso da Célia Maria Marinho de Azevedo (1987) e Tâmis Parron (2011).

Em linhas gerais, o processo de transformação das forças produtivas está diretamente ligado àquilo que Parron chamou de “política da escravidão”. A lógica estava em desenvolver o nacional, conservando o modelo vigente ainda que atrasado ou preterido, mas mirando a modernidade na figura do assalariado. Em outras

palavras, lucrar duplamente através do comércio dos sujeitos escravizados, mas também potencializar o ganho sobre aquilo que era produzido sem custo algum, além do esforço humano não remunerado.

A prática estava ancorada no projeto capitalista emergente de, para além de incentivar a transição do trabalho campesino, braçal e rudimentar, para o modelo industrial, fabril e moderno. O projeto era transformar o modelo colonialista das Américas em mercado consumidor do excedente produzido na Inglaterra. Substituir o elemento servil pelo trabalhador europeu, enfim, era advogar pela própria necessidade nacional de se colocar enquanto soberano enquanto Nação; criar regras em cima do solo, ferramenta de produção, se fez presente com a elaboração da Lei de Terras de 1850.

A essência dessa transição da lógica tradicional para a moderna está relacionada com a tentativa de conduzir o Brasil do universo antiquado e escravista para o mundo moderno e assalariado. Isto porque, segundo Parron, além das terras devolutas só poderem ser adquiridas através da compra, aquelas terras que já estavam em posse dos fazendeiros sofreriam uma taxa, independente de serem ou não cultivadas. O destino da receita das taxas e vendas seria o investimento na importação de colonos livres; os imigrantes não poderiam comprar, alugar ou arrendar a terra antes de três anos de residência no Império. (TRINDADE, 2014, p. 31)

A prática descrita estava envolta de um protecionismo bastante claro e que pretendia se justificar com base no medo da incitação do europeu, caso chegasse em solo brasileiro, ao agitar a massa negra de cativos e libertos, provocando uma revolução. O receio era de que, esses trabalhadores livres, trouxessem consigo os “sonhos do comunismo” e, direta ou indiretamente mexessem com os dois pilares da sociedade brasileira, “liberdade e a propriedade”, as “duas fibras sociais” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 283) e, portanto, o projeto imigrantista era visto com cautela.

A constância com que aparecem estes argumentos de ordem social e política expressa o peso que eles tiveram sobre as atitudes dos deputados em relação às questões de mão-de-obra. Tratava-se em primeiro lugar de barrar o tráfico de escravos, evitando-se com isso a entrada de mais elementos potenciais de desordem e indisciplina na província e também possíveis desequilíbrios políticos a nível nacional.

Ao mesmo tempo, abria-se mais espaço para propostas de formação do mercado de mão-de-obra livre em substituição ao escravo. A imigração, porém, continuava em descrédito. (AZEVEDO, 1987, p. 123)

A dialética da necessidade produtiva impunha a necessidade de pensar estratégias para barrar a entrada de mais mão de obra escravizada, enquanto se mitigava a possível influência que uma servidão europeia poderia ter no momento. O nacional livre entrava, enquanto isso, no debate como uma alternativa razoável à imposição produtiva.

Uma espécie de terceira via que pudesse satisfazer os anseios dos escravagistas, que queriam manter sua influência e poder, e dos imigrantistas, que prezavam e advogavam pela modernização do país através da figura do europeu. Neste cenário, ao observar o exposto na fonte e nos questionarmos o viés alencariano para essa disputa, identificamos uma inclinação para essa nova alternativa.

O projeto de substituição da mão de obra estava intimamente ligado à supressão do africano e dos seus descendentes através da assimilação, dizia ele que: “Em três e meio séculos, o amálgama das raças se havia de operar em larga proporção, fazendo preponderar a cor branca” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 289). Logo, não deveria ser uma questão importar mão de obra através da servidão europeia se, em um esforço conjunto, o país se submetesse a aguardar o momento em que a branquitude sobrepujasse o negro da realidade brasileira.

Isto posto, o caminho percorrido pelas fontes esteve em construir a escravização como algo necessário e o africano como o mais preparado exercer essa atividade. Porém, na entrelinha, podemos inferir a assimilação como o estágio final na medida em que se coloca o trabalho como o meio e o final do processo.

Na metrópole, os europeus não sofriam a falta do escravo, facilmente substituído, e com vantagem, na cidade pelo proletário, na agricultura pelo servo. Para as possessões americanas, porém, o escravo era um instrumento indispensável. Tentaram supri-lo com o índio; este preferiu o extermínio. Quiseram substituir-lhe o galé; mas já civilizado, o facínora emancipava-se da pena no deserto, e fazia-se aventureiro em vez de lavrador. Não houve remédio senão vencer a repugnância do

contato com a raça bruta e decaída. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 290 e 291)

O sentido da colonização estava nas questões referentes à ordem, o controle ou domínio dos corpos. Os “donos da terra”, proprietários dos meios de produção e reprodução do escravismo observavam a “preferência” pelo “extermínio” do indígena, em uma espécie de incompatibilidade com o modelo socioeconômico, e a “vadiagem” dos demais trabalhadores assalariados, sendo eles os “nacionais livres” ou os “ex-escravos” (AZEVEDO, 1987, p. 128) numa lógica competitiva na qual havia a impossibilidade de suprir essa carência e essa demanda por trabalhadores europeus, mesmo que se o quisesse.

Erasmus, em certo momento de seu discurso, se coloca como aquele que não enxerga o escravismo com bons olhos e que, se pudesse fazer diferente, trabalharia pela não tráfico daquela gente africana. O sentido dessa faceta do autor não está ancorado em uma filantropia ou iluminação pessoal, mas, antes disso, se baseava na identificação da dificuldade em resolver a mancha negra no seio da sociedade brasileira.

Quem já não observou a impassibilidade com que o trabalhador português arrosta o sol ardente dos trópicos, no mais rude labor? Não. Esta família latina, que desdenha a ridícula abusão dos materialistas, tinha tanto como a família saxônia força e energia de sobra para rotar o solo americano. Outras foram as causas da insuficiência da raça branca em relação à primitiva colonização do Novo Mundo. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 291)

A escravidão constrói o mundo e civiliza pessoas, mas somente por intermédio do trabalho; não há, em Erasmus, outro Brasil possível para além do mundo do trabalho de um grupo. Apesar de reconhecer as contradições do processo e o sacrifício que o país irá ter que conviver, não há outra forma de desenvolvimento sem mão de obra precarizada.

Àqueles povos, futuros senhores de um mundo, obrigados a roteá-lo, eram indispensáveis massas de homens para devassar a imensidade dos desertos americanos e arrostar a pujança de uma natureza vigorosa. Estas massas, não as tinham em seu próprio seio, careciam

de buscá-las: a raça africana era, então, a mais disponível e apta. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 289)

O nacional livre deveria ser esse ente idealizado que se digna pelo trabalho, no trabalho e para o trabalho. Em Alencar, o estrangeiro, mesmo laborioso e um exemplo a ser seguido, não deveria passar dessa figura de inspiração. Os nacionais livres, mesmo aptos para exercer o trabalho deveriam ser incentivados a permanecer naquele espaço de sujeição ao antigo senhor. A manutenção do modo de produção era crucial pois “a escravidão se desenvolveu”, segundo Erasmo, com um caráter patente na realidade Americana, sua “missão eminentemente social” de construir uma nação europeia nos trópicos. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 286)

O papel do estrangeiro, no projeto alencariano de salvação de um país através do branqueamento, era de acelerar o processo de assimilação do negro. Argumentava que “a imigração é a grande artéria que despeja novo sangue vigoroso no organismo do país enervado pelo trabalho escravo. É ela que restabelece o temperamento da população e lhe restitui a robustez” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 316). Não existia uma taxa de evitar-se o desembarque do europeu, antes havia um chamamento, mas resguardado pelo ideal da primazia brasileira; “Notai, senhor, que eu falo da emigração, e não da colonização: tão fecunda é aquela quanto estéril esta” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 316).

Não depende de nós, que não fabricamos população, mas dos imigrantes, unicamente, a aplicação do trabalho livre no Brasil. A eles, pois, aos europeus convença a sociedade abolicionista da necessidade de buscarem nosso país, a fim de aliviar a humanidade da pecha da escravidão. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 320)

Erasmo argumentava que “o liberto por lei é inimigo nato do antigo dono” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 329), narrando o fenômeno histórico de duas classes distintas e antagônicas entre si, os subalternos e os senhores. A aptidão, na fala dos grandes proprietários capitalistas e seus representantes políticos, assumia o sentido preciso da aceitação pacífica pelo trabalhador de um trabalho excedente, tempo não-remunerado, e por isso mesmo gerador de possíveis lucros no mercado (AZEVEDO, 1987, p. 131).

Portanto, observei que no discurso o autor acreditava que o elemento nativo, o indígena, era fraco e, como dito anteriormente, fadado à extinção em virtude do contato com o europeu. Erasmo reconhecia que “as raças americanas cheias de tamanho vigor, opulentas de seiva, haurindo a exuberância de uma natureza virgem” acabaram sendo devastadas “ao tempo da descoberta” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 286). O genocídio indígena seria apenas um efeito colateral do projeto civilizatório ensejado pelos europeus na época da invasão das Américas.

O africano, para o autor era a única alternativa para a empreitada colonialista de construção da economia, unicamente, uma vez que “a raça africana nem ao menos prestou para povoar a América”, mas quem “quem fundou a agricultura nestas regiões” e “, que se prestava com docilidade ao serviço como aos prazeres da ralé” foi a emigração europeia (ALENCAR, 2009 [1865], p. 293). Há uma clara inversão das ideias que pautam o discurso alencariano e aquilo que é amplamente defendido pela historiografia de que as práticas de cultivo remontam a tempos anteriores à invasão europeia e do tráfico transatlântico de homens e mulheres escravizados.

Se a raça americana suportasse a escravidão, o tráfico não passara de acidente, e efêmero. Mas, por uma lei misteriosa, essa grande família humana estava fatalmente condenada a desaparecer da face da terra, e não havia para encher vácuo, senão a raça africana. Ao continente selvagem o homem selvagem. Se este veio embrutecido pela barbaria; em compensação trouxe a energia para lutar com uma natureza gigante. Também não havia outro meio de transportar aquela raça à América, senão o tráfico. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 289)

Desta maneira, Erasmo reconhece a robustez do africano e dos seus descendentes na medida em que, no processo de colonização, “foi a raça africana que realmente colonizou a América” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 291), mas coloca alguns limites para a sua atuação e projeta um caminho para resolver aquilo que ele colocava, através das *Novas Cartas de Erasmo ao Imperador*, como um problema. O desenvolvimento europeu, fruto do parasitismo nas suas colônias americanas, era a força que poderia, por meio da imigração e do trabalhador livre branco, alavancar o Brasi ao status de nação soberana e potência no cenário internacional.

A maior acessão de habitantes, depois que se desenvolveram as vias de comunicação e a Europa regurgita de população, é sem dúvida a

imigração. Foi ela que pôs termo à escravidão nos Estados Unidos e há de operar a mesma revolução no Brasil. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 316)

Em suma, aquilo que dizia respeito ao trabalho escravo, fundante e elementar na produção, foi tratado apenas naquilo que dizia respeito à própria manutenção do sistema vigente. José de Alencar não teorizou um projeto que partisse da branquitude importada, numa transferência populacional, mas algo mais semelhante à transição demográfica que assimilaria o negro em um prazo idealizado.

O discurso sobre a mão de obra livre, embora tangencial ao problema, quando aparecem “não mostraram sua face real por inteiro, no sentido de expor as vantagens financeiras que os senhores de escravo estavam obtendo” (TRINDADE, 2014, p. 119) mas priorizou expor o modelo de cidadania na qual a raça africana era expurgada de dentro para fora, através da assimilação, e de fora para dentro, por meio do imigrantismo.

iv – racialização e cidadania no possível pós abolição

As dinâmicas discursivas sobre o povo, para José de Alencar, estavam atravessadas da sua própria concepção de nação e daqueles sujeitos aptos e qualificados a ingressar nesse grupo. À vista disso, cabe então refletir de forma mais minuciosa qual a implicação que o escravismo desempenhava nesse fenômeno de criação, ou invenção daquilo que ousamos chamar de brasilidade, ou até mesmo de povo brasileiro e as implicações que isso poderia ter, ou não na cidadania para àqueles corpos escravizados em um cenário sem escravidão.

No processo de elaboração dos signos e dos elementos que devem compor essa homogeneidade, a coerência que dá sentido ao Povo, àquele mesmo grupo no qual Erasmo dedica uma de sua série de cartas, sequestra o discurso e o direciona para um novo caminho. O modo é quase como a personificação das legítimas e verdadeiras paixões que devem ser mimetizadas, assim como projetando para os outros uma boa imagem de si que é digna de conservação.

A ideologia política, enquanto sistema ordenado e coerente do imaginário coletivo, associa estreitamente a ideia e a paixão, as representações e os afetos. No interior desses sistemas de representação — que sintetizam a interpretação da situação, a designação dos objetivos a serem atingidos e os mecanismos para realizá-los — é que se entrelaçam as linguagens e os sentimentos. A ideologia política (liberalismo, comunismo, socialismo...) representa simultaneamente um sistema de ideias e um sistema de sentimentos, suscetíveis de construir, segundo as situações e conjunturas, um modo de expressão e canalização dos afetos e/ou uma forma de controle (ANSART, 2019, p. 77).

Observando o método empregado, acredita-se possível lançar luz ao projeto que busca pacificar a burguesia nacional, a força negra e a marcha da imigração na qual “a permanência e a repetição da complementaridade dinâmica entre os vínculos no interior de um grupo e a intensidade da agressividade em relação ao exterior” (ANSART, 2019, p. 16) devem compor o centro do argumento.

Mas, mais do que trabalhadores livres, estes autores pretendiam formar a longo prazo uma cidadania ou nacionalidade, tentando assim se antecipar aos problemas que poderiam decorrer de um país cujos

habitantes não agiam como um “povo” e sim como partes heterogêneas, exercendo livremente seus conflitos sociais, sem a mediação padronizante e contemporizadora do Estado. (AZEVEDO, 1987, p. 252)

Como apresentado anteriormente, a dinâmica intensa dos grupos internos, a elite intelectual e política, diz respeito ao debate da transição do trabalho servil ao trabalho livre e assalariado. Melhor dizendo, a tensão sobre troca do negro escravizado pela servidão assalariada do branco. O ícone do trabalho, ao que tudo indica, desempenhava papel central de concessão de cidadania na medida em que priorizava os grupos que não conheciam o fardo da escravidão. A emancipação do ventre, então, tinha uma parcela significativa no apontado por Erasmo.

Além do temor por uma possível revolta, advinda da insatisfação com base na injustiça das crianças nascidas livres, mas que fossem criadas com seus pais escravizados, assim pontuava que “a geração nova, libertada no ventre, era a primeira a revoltar-se para arrancar ao cativo seus progenitores”. Observo que o questionamento que fica, confrontado pelas *Cartas de Erasmo*, é como solucionar esse problema e construir uma nação sem esse volume de homens e mulheres negros que ameaçam constantemente a manutenção da ordem social vigente. Pontuava que “para a casta sujeita, ainda não educada, a emancipação, nas circunstâncias atuais, é um edito de miséria pelo abandono do trabalho, e de extermínio por causa da luta que excita entre as duas raças” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 330).

A sociedade não pode permanecer dez ou vinte anos em guarda constante contra a insurreição minaz que uma faísca basta para levantar. A comoção causada por esse perigo surdo, mas presente a toda hora, perturba a existência de um povo. É ilusória a esperança de uma substituição lenta. No momento em que plainasse sobre o país uma lei de emancipação qualquer; toda a casta sujeita se colocaria à sombra dela, para deduzir daí seu direito indisputável. [...] Desvanecido o prestígio da instituição, cada um desses indivíduos seria um adversário disputando seu direito ao opressor; e coagindo-o a consagrá-lo em sua plenitude. A geração nova, libertada no ventre, era a primeira a revoltar-se para arrancar ao cativo seus progenitores. E quem teria o direito de estranhar neles o estímulo nobre do amor filial? (ALENCAR, 2009 [1865], p. 327)

O sistematismo da burguesia brasileira se misturava com o exemplo advindo da Europa no qual a tradição imagética da literatura, na qual Alencar também era um de seus membros, era a representação da própria forma de ser. Dayane Façanha (2017) explora essa dimensão performática do discurso que migra do indianismo romântico ao modo como deveria ser narrado o passado e, acima de tudo, como delimitar o que e qual deve ser a identidade da nação.

Este caráter pragmático e moderado da elite imperial deu conteúdo novo ao repertório europeu. A experiência brasileira particularizou os esquemas mentais estrangeiros. Deste acoplamento resultou a tradição imperial, estada em três núcleos significativos: o indianismo romântico, o liberalismo estamental, o catolicismo hierárquico. Assim a elite imperial definiu a identidade nacional, instituiu numa forma de organização política que limitava a cidadania e produziu uma representação simbólica de sua ordem social. (ALONSO, 2002, p. 56)

Nesse sentido, a produção intelectual funcionava como uma espécie de conformação da classe dominante, a expressão do seu pensamento ideológico. Inspirado em referências europeias, a produção romântica exercia papel chave na propaganda da ideologia dominante da mesma classe dominante; a própria produção cultural repercutia os ensinamentos e a lógica da realidade idealizada. Para além desse projeto, não haveria espaço para outros tipos de sujeitos. Indagava-se Erasmo, acerca dos rumos do país: “Onde se viu uma tão espantosa reprodução da espécie humana?” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 315).

Como pode-se deduzir, não se propunha a cidadania comum a todos nascidos em solo brasileiro. Antes, relativizava as particularidades que dizem respeito à cor de pele dos homens e mulheres, criando uma distinção dentro da própria distinção. Enquanto o valor universal, padrão normativo do brasileiro, foi construído na figura do branco, os grupos marginalizados desse processo acabaram sendo o outro, seja o negro ou até mesmo o nativo indígena. Inicia-se, assim, a racialização da população brasileira.

Aqui o romantismo não vinha contestar o tradicionalismo de modos de pensar, agir e sentir de uma sociedade aristocrática enraizada. Vinha criá-los. Foi especificamente a forma literária do romance francês de outro político, Chateaubriand, que forneceu a chave de transição entre

o universo de referências políticas da civilização ocidental e a realidade brasileira. O conselheiro José de Alencar completou no romance o trabalho de forja da identidade nacional que o também conselheiro Gonçalves de Magalhães começara na epopéia: gerar uma imagem da nação brasileira como síntese americana de europeus e aborígenes, africanos excluídos (ALONSO, 2002, p. 57)

Podemos dizer que a racialização, em linhas gerais, é o processo histórico de transição da ideia do negro enquanto objeto para o reconhecimento de sua humanidade, ainda que inferiorizada, a partir de um refinamento das divisões em classes, no contexto sociopolítico, no qual não haveria mais a escravidão para justificar diferenças inatas e garantir privilégios e o controle pela branquitude. “Esse cativo, se for libertado, permanecerá em companhia do senhor; e se tornará em criado” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 329). Apelava-se, na tentativa de branquear o país, ao europeu segregado na própria Europa, por questões econômicas ou religiosas.

Oferecemos hospitalidade cordial a todas as religiões, como a todas as escolas; e isso no tempo em que estas ideias de liberdade e tolerância não eram aceitas por muitos dos principais países da Europa. A naturalização dependia de fácil processo; e a constituição (art. 6, § 1.o) (ALENCAR, 2009 [1865], p. 317)

Porém, observando a forma como Alencar apresenta suas ideias nas *Novas Cartas de Erasmo*, podemos inferir uma intencionalidade ao responder algum tipo de questionamento, ou argumentos que tocassem no assunto da dignidade humana do escravizado. Um dos primeiros pontos que irá empenhar-se em discorrer é sobre a fertilidade no meio do cativo.

Erasmo apontava para um grupo no qual “dizem que a espécie humana não se multiplica no cativo” e, a partir dessa premissa, busca dignificar a instituição. “Mas, na América, onde a raça africana longe de degenerar, ao contrário, se temperou sob a influência de um clima suave; negar a sua espantosa reprodução seria uma cegueira pertinaz” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 314). Precisamente, recorre à quase uma ideia de degeneração do africano, em sujeito branco, que mesmo vivenciado a brutalidade da escravidão, ainda assim apresenta maior facilidade inata e disposição para perpetuar a sujeição da sua raça.

No seu malabarismo retórico, referia-se aos “filantropos” europeus que tanto se preocupavam com a escravidão brasileira. Para o distinto deputado “a escravidão no Brasil não esteriliza a raça nem a dizima” e, portanto, fazia necessário outro caminho diferente do requerido na medida em que os “escoamentos naturais”, funcionam de maneira mais exitosa pois funcionam pela “pela generosidade do senhor, pela liberdade do ventre e também pela remissão”. Logo, desenhava-se um controle desses corpos conforme se civilizavam e mantinham as relações senhoriais.

Dois são os modos de incremento para a população livre, a geração e a acessão. Limitada ao primeiro, unicamente, só tarde conseguira ela atingir a capacidade necessária para absorver a escravatura ou preencher o vácuo deixado por esta. É necessário que a coadjuve o segundo meio, a acessão, ou incorporação de população estranha. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 315)

Porém, Alencar decide fazer uma observação no mínimo curiosa sobre a força produtiva do inglês. O autor expõe suas “decepções” com o “puro saxônio”, o “homem do Norte” que se deixa levar pela influência da terra, ou dos povos que aqui residem e perde seu espantoso vigor e cai numa prostração incompreensível! “. Em contrapartida, o “filho da raça latina”, diferentemente consegue ser o “explorador” que construiu as “povoações no interior” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 317).

A surpresa e preocupação de Erasmo reside na influência da raça africana no caráter do imigrante que possa aportar em solo brasileiro. Para ele havia um certo “aspecto repugnante” de “miséria” na qual “jaz a última classe da sociedade”, o africano. Assim a “degradação” na qual foram produzidos e se reproduzem “rebaixa e avilta a humanidade mais do que a antiga escravidão” (ALENCAR, 2009 [1865], p. 324) em virtude desses povos alcançarem a liberdade, mas devendo-se mitigar o acesso a cidadania uma vez que não tem capacidade para isso.

Não depende de nós, que não fabricamos população, mas dos imigrantes, unicamente, a aplicação do trabalho livre no Brasil. A eles, pois, aos europeus convença a sociedade abolicionista da necessidade de buscarem nosso país, a fim de aliviar a humanidade da pecha da escravidão. Estabeleçam a propaganda neste sentido; mostrem ao interesse individual o império como ele é e darão ao grande princípio da liberdade um triunfo generoso e incruento. A escravidão cairá sem

arrastar à miséria e à anarquia uma nação jovem. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 320)

Por fim, compreendo que a prática alencariana do discurso é uma construção da racialização indiretamente. Dessa forma compreendendo o fenômeno massivo que foi o tráfico de africanos e como essa dinâmica pauta a concessão de direitos a estes grupos, o alastramento da cidadania e as medidas necessárias, findando a escravidão, para conduzir o Brasil como uma nação branca e civilizada; termos intercambiáveis na dogmática alencariana.

Talvez, porque não podem sofrer a superioridade do império. Abolindo no momento da emancipação o trabalho servil, esses povos, embriagados de liberdade, sufocarão sua pequena indústria, especialmente sua lavoura rudimentária. A agricultura é um elemento essencialmente conservador; eliminando-o, as repúblicas americanas se abandonarão à anarquia. (ALENCAR, 2009 [1865], p. 325)

O trabalho e o trabalhador denotariam a capacidade de sustento próprio e de conservação das lógicas de poder testificando em favor do sujeito que, por meio da contribuição social, poderia exercer sua cidadania, desde que não fosse racializados. Para além da compreensão de que o elemento africano e seus descendentes também eram trabalhadores, a concepção que observo perpassa a formação de uma mão de obra nacional que suplantasse a ideia do negro enquanto figura que representasse o modelo produtivo na transição para o fim do escravismo. Para tanto, abolindo-se a escravidão outras alternativas deveriam ser empregadas para não se abolir o trabalho e, de forma eficaz, mitigar toda e qualquer mobilidade social a partir da busca pelo desaparecimento do homem e da mulher negra, seja ela livre ou liberta, do seio da sociedade brasileira que se projetava.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, remeto às belas palavras do poeta moçambicano, Mia Couto, referenciadas no começo da dissertação, na medida em que busco dar sentido a este texto. Na tentativa de preservar as perguntas e questionamentos iniciais desta pesquisa, percebo a vivacidade dos processos que pautam a produção historiográfica.

Muitas outras questões surgiram, permaneceram e se foram; outras tantas se fazem presente ainda agora quando olhamos retrospectivamente para o texto e ainda aquelas, persistentes e pertinentes, se projetam para o futuro. No fim, tal qual como um rio, da nascente que surgiram o interesse em aprofundar o conhecimento sobre a relação entre escravidão e cidadania a partir de um literato, tantos outros afluentes surgem em busca de novos caminhos e navegantes para desbravá-los em sua completude.

Podemos observar ao longo do trabalho a capacidade do romancista e político, José de Alencar, em explorar os medos, anseios e receios dos seus interlocutores ao tratar da emancipação do elemento servil. A pesquisa se insere, assim, numa tentativa de lançar novos olhares sobre esse período tão importante para compreendermos os processos sócio históricos que pautaram a dinâmica racial e o desenvolvimento da narrativa que deveria ser contada sobre a formação do povo brasileiro.

A relação entre trabalho, racialização e cidadania se fazem presente durante todo o discurso alencariano, como observamos ao analisar de forma mais detalhada as fontes. Se por um lado, ao idealizar a política representativa, Alencar construía uma ideia de que o cidadão era aquele sujeito possuidor de posses e que não fosse ligado ao africano; por outro lado, observamos que com a tentativa de excluir da sociedade o negro, o autor pretendia juntamente substituir por trabalhadores brancos que, na medida do possível, teriam uma espécie de direito diferente do brasileiro que, neste caso, seria o cidadão por excelência numa lógica de progresso do Brasil. Compreender aquilo que convencionamos chamar de “política da escravidão” não é o bastante para dar sentido aos debates que iriam culminar na emancipação dos filhos de mulheres escravizadas, a partir de 1871.

Os questionamentos iniciais de compreender se havia um projeto e como ele era apresentado deram lugar a novos problemas que, certamente, requerem um

aprofundamento que essa dissertação foi incapaz de acolher significativamente. Logo, um dos pontos que carecem de um destaque maior é a relação da formação do eleitorado ou do público votante na medida em que se observava o crescimento da população negra livre e o aumento significativo de imigrantes europeus.

Em outras palavras, como José de Alencar encarava o processo político de inserção dos homens negros, a partir do viés da não-civilidade como apresentado nesta pesquisa, adjunto ao ingresso massivo de imigrantes europeus na medida em que construíam um modelo de desenvolvimento para o país pautado numa população específica.

Outra questão que demanda uma pesquisa específica é sobre a dinâmica dos povos indígenas na literatura alencariana a partir do projeto demonstrado, nesta dissertação. Considerando a transição do modo de produção escravista para o capitalismo emergente, como se deu o acomodamento dos indígenas nesse processo uma vez que, levando em conta a situação do negro no Brasil, haveria uma perspectiva para um progresso. Houve um esboço, feito por José de Alencar, de alargamento desse projeto para as populações nativas ou simplesmente ignorou-se esse elemento?

Neste mesmo caminho, haveria limites para a imigração ou seria tolerado e incentivado a chegada de todo aquele que desejasse contribuir e trabalhar livremente no país? Povos ou grupos étnicos localizados mais ao oriente, como chineses e japoneses, teriam espaço na conjuntura sociopolítica delimitada no modelo alencariano? Africanos teriam liberdade para desembarcar em solo brasileiro e utilizar da sua liberdade para trabalhar como um sujeito livre e assalariado ou haveria uma dinâmica segregadora para esse grupo específico?

Em síntese, compreendemos a produção intelectual do romancista como campo fértil para entender as dinâmicas sociais, econômicas e políticas do segundo reinado. Situando o autor no campo das ideias e reconhecendo sua participação na tessitura de um país moderno, naquilo que compreendia enquanto progresso, faz-se indispensável para reconhecer a pertinência dessa pesquisa no campo da História das Ideias e sua ligação com outras áreas do saber, uma vez que compreendemos a interligação entre os diferentes aspectos que compõe a produção historiográfica.

Logo, esse trabalho mostra-se relevante na medida em que se atenta a estudar pormenorizadamente o discurso alecariano nas *Cartas Políticas de Erasmo* na medida em que desvela o cerne do argumento em defesa da escravidão como um instrumento de justificação da manutenção do modo de produção na emergente lógica capitalista que havia iniciado na Europa e dependência do trabalho escravo, nas Américas, e do colonialismo, no mundo. Personagem marcante na história brasileira, José de Alencar se mostra como repleto de contradições e detentor de pensamentos claros sobre a política da escravidão e a dimensão simbólica da cidadania em um mundo repleto de transformações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

ALENCAR, José de, 1829 – 1877. Cartas de Erasmo; organizador, José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: ABL, 2009.

_____. Cartas a favor da escravidão; organizador Tâmis Parron. São Paulo: Hedra, 2008.

_____. Discursos parlamentares de José de Alencar – Deputado-geral pela província do Ceará (1861 a 1877). Brasília: Câmara dos Deputados, 1977.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Dois escritos democráticos de José de Alencar: Sistema representativo, 1868; Reforma eleitoral, 1874. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1991.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. Angela. Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil- Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALONSO, Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868 – 1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ANSART, Pierre. A gestão das paixões políticas. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites — século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BETHEL, Leslie. A abolição do tráfico de escravos no Brasil: Grã-bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869. Rio de Janeiro e São Paulo: Expressão e cultura: USP, 1976.

BLACKBURN, Robin. A queda do escravismo colonial: 1776-1848. Rio de Janeiro: Record, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.

CHALHOUB, Machado de Assis, historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.

COSTA, Emília Viotti da. A abolição. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

DAVIS, David Brion. O Problema da escravidão na cultura Ocidental. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FAÇANHA, Dayana. Política e escravidão em José de Alencar: O tronco do ipê, Sênio e os debates em torno da emancipação (1870-1871). São Paulo: Alameda, 2017.

_____. Sombra e escravidão: tráfico de africanos e antiescravismo na literatura brasileira, 1830-1871. Tese de doutorado, Unicamp, 2020.

FERREIRA, Cristina. Cartas de Erasmo ao Imperador sobre a emancipação: José de Alencar e o cultivo da dependência entre senhores e escravizados. Escritas Do Tempo, 3(8), 09-29, 2021.

FREITAS, Bruno Cordeiro Nojosa de. O pensamento político de José de Alencar e o Império do Brasil (1829-1877). 269 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense. Instituto de História, 2018.

GOMES, Flávio; **MACHADO**, Maria Helena Pereira Toledo. Da abolição ao pós-emancipação: ensaiando alguns caminhos para outros percursos. In: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso Thomas (Orgs.). Tornando-se Livre: Agentes históricos e Lutas Sociais no Processo de Abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro Ed. PUC-RIO, 2006.

MAGALHÃES, Raimundo. José de Alencar e sua Época. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MAMIGONIAN, Beatriz. Africanos livres. A abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

MENEZES, Raimundo de. José de Alencar: Literato e Político. São Paulo: Editora Martins, 1965.

NETO, José Maia Bezerra. Se bom cativo, liberto melhor ainda: escravos, senhores e visões emancipadoras (1850 – 1888). In: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso Thomas (Orgs.). Tornando-se Livre: Agentes históricos e Lutas

Sociais no Processo de Abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

NETO, Lira. O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar, ou, A mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil. São Paulo: Globo, 2006.

PARRON Tâmis. A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

_____. Escravidão e as fundações da ordem constitucional moderna: representação, cidadania, soberania, c. 1780-c. 1830. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 23, n. 51, p. 699-740, set./dez. 2022

PINTO, Ana Flávia Magalhães. “Fortes laços em linhas rotas: experiências de intelectuais negros em jornais fluminenses e paulistanos no fim do século XIX”, Unicamp, tese de doutorado em andamento.

RICCOEUR, Paul. Tempo e narrativa. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

RICUPERO, Bernardo. O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870). São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. José de Alencar: o poeta armado do século XIX / Antonio Edmilson Martins Rodrigues. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SAMPAIO, Maria Clara Sales Carneiro. Negros sonhos: os projetos de colonização de afro-americanos no Brasil e na América Central durante a Guerra de Secessão. In: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso Thomas (Orgs.). Tornando-se Livre: Agentes históricos e Lutas Sociais no Processo de Abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SILVA, Érica Drumond Fontes. José de Alencar e as cartas abertas a favor da escravidão: potencialidades e limites. *Muitas Vozes*, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 529–540, 2019.

SILVA, Hebe Cristina da. “Imagens da escravidão – Uma leitura de Escritos Políticos e Ficcionais de José de Alencar”. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp/IEL, 2004.

SIMÕES, David. Erasmo, sempre Erasmo: uma interpretação do discurso conservador de José de Alencar. *Revista Tendências: Caderno de Ciências Sociais*. Nº 7, 2013.

SKIDMORE, Thomas. Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

SKINNER, Quentin. *Visões da Política: sobre os métodos históricos*. Portugal: Difel, 2002.

SOARES, Kelvin Breno Marques. A escrita política de José de Alencar: uma análise crítica das Novas Cartas de Erasmo, 1868. 2021. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) —Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

TRINDADE, Joyce Nathalia de Souza. José de Alencar e a escravidão: necessidade nacional e benfeitoria senhorial. 2014. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2014.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da História*. Curitiba: HUYA, 2016.

VENTURA, Maria Domingos Pereira. As construções discursivas do trabalho livre e o escravo na peça Mãe de José de Alencar. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.